

**Instituto Superior de Psicologia Aplicada**



**A INFLUÊNCIA DA FAMÍLIA, DO GRUPO DE PARES E DA ESCOLA NOS  
COMPORTAMENTOS DESVIANTES**

**Filipa Ferreira Dias Marques Casaca**

**Nº 13069**

Relatório submetido como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Psicologia

Especialidade em Psicologia Clínica

**2009**

## **AGRADECIMENTOS**

Acho importante salientar que são algumas as pessoas a quem gostaria de agradecer, pois directa ou indirectamente contribuíram para a realização da minha dissertação.

Primeiro quero agradecer aos meus pais, pelo amor, pela amizade, pelo carinho, pela compreensão, pelo apoio constante e pela oportunidade de poder finalizar o meu curso. Sem eles não teria sido possível. Agradeço também por terem acreditado sempre em mim, dando-me força para seguir os meus sonhos e objectivos.

Como não poderia deixar de ser, quero agradecer também aos meus irmãos, que também me apoiaram e me deram força para continuar e nunca desistir.

Ao meu namorado, que esteve sempre do meu lado nos bons e nos maus momentos, tendo-me dado sempre apoio e incentivo ao longo de todo este percurso e pela incansável ajuda sempre que foi necessária.

À Dr.<sup>a</sup> Maria Gouveia-Pereira, docente e orientadora da cadeira de seminário de dissertação de Psicologia Clínica, pela sua disponibilidade e não menos importante, pela sua transmissão de conhecimentos técnicos. Além disso, também me transmitiu valores humanos bastante importantes para o futuro da minha carreira como psicóloga. Agradeço também pelo apoio, pela paciência, pela compreensão, pela disponibilidade e por me ajudar a reflectir sobre as minhas dúvidas, de modo a conseguir compreendê-las e superá-las.

Por fim, quero agradecer a todos os meus amigos pela incansável força e apoio para seguir em frente.

***A Todos um Grande e Sincero Obrigada!***

## **Resumo**

O presente trabalho tem como principal objectivo estudar a influência da família, do grupo de pares e da escola no desencadear dos comportamentos desviantes.

Um dos objectivos é verificar de que modo é que o grupo de pertença, bem como o grau de identificação influencia os comportamentos desviantes durante a adolescência.

Pretende-se também verificar o impacto que a família tem nos comportamentos desviantes, em comparação com a escola que os adolescentes frequentam.

Os resultados mostram que há um efeito significativo para a variável grupo de pertença, ao contrário do grau de identificação, em que não se verificou diferenças significativas.

Os resultados mostram também que a identificação à família tem um maior impacto na diminuição dos comportamentos desviantes em comparação com a escola.

***Palavras – chave:** família, grupo de pares, escola, comportamentos desviantes, adolescência.*

## **Abstract**

The following work has a main objective study the family, friends and school influence in unleashing abnormal behaviours.

One of the objectives is to verify in which way the belonging group, as the level of influence identify in the abnormal behaviours during youth.

I also like verify the impact that family has in abnormal behaviours, comparing with their school.

The results show that there is a significant effect from the belonging group, on the other hand there were no significant differences on the level of identification.

The results also show that the family identification has a major impact in lowering abnormal behaviours in comparison with school.

***Key – words:** family, friends, school, abnormal behavior, youth*

# Índice

Agradecimentos	
Resumo	
Introdução.....	1
I – Revisão da Literatura.....	2
1. A Adolescência.....	2
2. Os Comportamentos na Adolescência.....	5
O Comportamento Desviante.....	5
Teoria do Desvio Juvenil.....	7
Modelo do Controlo Social.....	7
3. A Família.....	9
A Influência da Família no Comportamento Desviante.....	10
4. O Grupo de Pares.....	12
O Grupo de Amigos e os Comportamentos Desviantes.....	13
5. A Escola.....	15
Hipóteses.....	16
II – Método.....	17
Participantes.....	17
Instrumentos.....	18
Procedimento.....	19
III – Apresentação dos Resultados.....	20
IV – Discussão.....	25
V – Conclusões.....	29
Implicações Metodológicas.....	31
Referências Bibliográficas.....	32

## **Lista de Tabelas**

Tabela 1 – Coeficiente de Fidelidade, Média e Desvio Padrão para cada factor da escala Comportamentos Desviantes.....	20
Tabela 2 – Média e Desvio-Padrão para os Grupos de Pertença e Grau de Identificação.....	21
Tabela 3 – Média e Desvio-Padrão para os Grupos de Pertença e Grau de Identificação.....	22
Tabela 4 – Regressão Múltipla para a influência da Família e da Escola nos Comportamentos Ilícitos.....	23
Tabela 5 - Regressão Múltipla para a influência da Família e da Escola nos Comportamentos de Experimentação.....	24

## **Lista de Gráficos**

Gráfico 1: Género.....	17
Gráfico 2: Escalões Etários.....	17
Gráfico 3: Ano Frequentado.....	18

## **Introdução**

O presente trabalho tem como principal objectivo analisar a influência da família, do grupo de pares e da escola no desencadear dos comportamentos desviantes, decorridos durante a adolescência.

É um tema bastante recorrente nos tempos que corre, daí ser pertinente abordar um pouco mais esta temática.

Como ponto de partida foi escolhido o tema mais abrangente, a delinquência, mais concretamente os comportamentos desviantes e depois o que a eles poderá estar associado. Ou seja, foram escolhidas os factores mais importantes na vida de um adolescente, família, grupo de pares e escola, que estão intimamente relacionados.

Começou-se por definir objectivos mais gerais para, posteriormente, se definir o objectivo principal.

Assim, foi feita uma vasta pesquisa referente à revisão da literatura para se poder construir as nossas hipóteses.

Numa primeira parte é feita a revisão de literatura referente à adolescência, aos comportamentos na adolescência, à família, ao grupo de pares e à escola. É particularmente dada importância à importância que a família tem na vida de um adolescente, bem como a sua influência no desencadear dos comportamentos desviantes.

No que se refere ao grupo de amigos, sabe-se que estes têm uma importância fundamental para o desenvolvimento da identidade, pois é no grupo de amigos que o adolescente procura segurança e apoio. Muitas vezes, quando a família falha, o grupo de amigos torna-se no suporte principal dos adolescentes.

A escola tem igualmente um papel preponderante na vida de um adolescente, embora nem sempre se sintam identificados. Mas é na escola que os jovens passam grande parte da sua vida e é também na escola que se forma os grupos de amigos. No entanto, a escola nem sempre é vista para o adolescente como um local onde se aprende e convive, pode também ser uma entidade causadora de comportamentos desviantes, tendo como principal influência os grupos de amigos.

Deste modo, queremos verificar de que modo é que o grupo de pertença, bem como o grau de identificação influencia os comportamentos desviantes durante a adolescência.

Pretende-se também verificar o impacto que a família tem nos comportamentos desviantes, em comparação com a escola que os adolescentes frequentam.

## I – Revisão de Literatura

### *1. A Adolescência*

A infância e a adolescência nem sempre foram consideradas fases especiais na vida de um ser humano como o é actualmente. Nos dias que correm, a adolescência é um período consideravelmente longo, que vai até à terceira década de vida, em que alguns indivíduos vivem com os pais. Este facto deve-se a diversas causas. Estas podem ser de carácter cultural em que há uma maior liberalização, aceitação e tolerância dos costumes; social, onde se pode destacar o prolongamento dos estudos que pode levar, conseqüentemente, a uma maior dependência; e económica, como o desemprego ou trabalho precário (Braconnier & Marcelli, 2000).

A adolescência é uma época da vida humana assinalada por diversas transformações. Estas transformações são de foro fisiológico, psicológico, pulsional, afectivo, intelectual e social que são vivenciadas num determinado contexto cultural. Mais do que uma fase da vida, a adolescência é um processo dinâmico de transição entre a infância e a idade adulta. Para Coleman (1992), este processo de transição resulta de pressões de ordem interna (fisiológicas e emocionais) e pressões de ordem externa (pais, pais, professores e sociedade). É importante salientar que é o equilíbrio entre estas duas pressões que contribui para o sucesso deste ciclo da vida.

No entanto, ainda persiste uma certa dificuldade em precisar o conceito de adolescência, pois é utilizado o conceito de negatividade (não é) onde se define que a adolescência é a fase em que já *não se é* criança e ainda *não se é* adulto. Assim, esta ausência de definição faz projectar a adolescência como um espaço de vazio ou um espaço de indefinição com implicações sociais e também políticas. (Medeiros, 2000).

Coleman (1992) refere duas teorias que explicam o processo de transição: a teoria psicanalítica e a teoria sociológica. A teoria psicanalítica centra-se no desenvolvimento psicosexual do indivíduo e foca-se, principalmente, nos factores psicológicos que estão na base do afastamento do adolescente dos comportamentos e envolvimentos emocionais característicos da infância. A teoria sociológica salienta como causa da transição a base social do adolescente e centra-se na natureza dos papéis e nos conflitos de papéis que o indivíduo assume, bem como nas pressões exercidas pelas expectativas sociais e pela influência dos diferentes agentes de socialização.

Uma das questões centrais na adolescência continua a ser a forma como se ultrapassam estas mudanças, transições, desafios, crises, necessidades, entre outros. No entanto, encontram-se sempre dois lados da questão: o optimismo e o pessimismo. Para alguns a adolescência é um período de mudanças dramáticas a nível familiar, a nível escolar, ao nível das amizades e a nível profissional. É também um período de confusão, de sentimentos paradoxais, excitação e ansiedade, felicidade e tristeza, certezas e incertezas. No entanto, estas dúvidas não se limitam apenas ao jovem, mas também afectam os outros que com ele convivem, nomeadamente pais, professores e amigos que vivem também os seus próprios problemas (Lerner & Galambos, 1998).

A autonomia é uma tarefa essencial da adolescência. A autonomia refere-se à medida que o processo de socialização facilita o desenvolvimento de um sentido de identidade pessoal, eficácia e valor (Barber, 1997). A autonomia envolve uma mudança nas relações e na representação que o adolescente tem de si e dos outros e, entre estes outros, encontram-se os pais, que são os principais elementos da conquista da autonomia (Fleming, 1993).

Neste período da vida, o indivíduo é confrontado com duas necessidades paradoxais em relação aos pais: a separação e a dependência (Braconnier & Marcelli, 2000). A separação é inicialmente psicológica e traduz-se por um sentimento de desilusão em relação aos pais: os pais não ouvem, não permitem o diálogo, não entendem. Deste modo, os pais deixam de ser vistos como os mais hábeis e poderosos. Na maioria das vezes, e perante esta desilusão o jovem procura modelos no seu grupo de pares ou em outros adultos. Os pais passam a ser vistos como pessoas e não só como pais (Steinberg, 1998). No entanto, a necessidade de dependência continua a existir. Segundo Braconnier & Marcelli (2000), esta necessidade é escondida pelos adolescentes. A resistência a esta necessidade de dependência pode, segundo estes autores, estar na origem de muitos dos conflitos da adolescência. Todavia, é importante salientar que este desejo de separação, impedido pela dependência não implica uma perda da ligação afectiva que os adolescentes têm com os seus pais. Fleming (1993), salienta que uma ligação segura aos pais é uma condição fundamental para uma boa autonomia.

Com a aquisição de uma maior autonomia, o jovem passa menos tempo em casa com os pais e dirige este tempo para estar com os pares. Durante a adolescência, os pares têm um papel fundamental no desenvolvimento do jovem, principalmente como um espaço de apoio, espaço este onde é permitido experimentar novos papéis sociais, espaço de diálogo acerca dos seus problemas pessoais, escolares e profissionais, espaço de partilha

de opiniões acerca de si próprios, dos outros e do mundo social (Palmonari, Pombeni & Kirchler, 1992).

Elkind (1980) refere que, no início da adolescência, os jovens são frequentemente egocêntricos. Este egocentrismo apresenta duas componentes: o público imaginário (apesar do reconhecimento de diferentes perspectivas, os adolescentes têm a crença de que são o centro das atenções e de que a sua perspectiva prevalece sobre as outras); e a narrativa pessoal (a crença de que os seus sentimentos são únicos e que ninguém os pode entender). Segundo este autor, a maturação a nível cognitivo e as interações com os pares vão permitir ultrapassar este egocentrismo. Para Claes (1985) o grupo de pares assume um papel importante na socialização dos adolescentes.

## ***2. Os Comportamentos na Adolescência***

Arnett & Jessor (1992 cit. por Simões, 2007) tentaram dar explicações para o facto de a adolescência ser o período da vida em que os indivíduos tendem a assumir mais e maiores comportamentos de risco, no que diz respeito, às consequências que podem ter para a sua saúde física e mental e, também, em termos das relações que estabelecem com o sistema jurídico – legal. Arnett (1992 cit. por Martins, 2005) afirma que muitas das condutas temerárias – conduzir sob o efeito do álcool, usar abusivamente de drogas legais e ilegais, ter relações sexuais precocemente sem qualquer protecção, exhibir actos delinquentes – parecem ser mais comuns na adolescência, do que em qualquer outro período do ciclo de vida, radicam numa necessidade exacerbada de procura de sensações fortes, associada ao que Elkind (1980) designou por egocentrismo.

Segundo Igra & Irwin (1996) os comportamentos de risco podem ser considerados não normativos devido ao momento em que têm lugar e à sua extensão ou gravidade. Determinados comportamentos podem ser considerados de risco devido ao facto de ocorrerem num momento em que não era, à partida, suposto terem lugar, como é o caso do consumo de álcool ou o comportamento sexual em idades precoces. Alguns comportamentos tornam-se normativos com o passar do tempo, quando o adolescente se aproxima da idade adulta. Devido à sua gravidade, alguns comportamentos podem ser entendidos como comportamentos de risco, como é o caso da delinquência e o consumo de substâncias. Muitos adolescentes praticam actos delinquentes de menor gravidade e experimentam tabaco e álcool. Todavia, os actos delinquentes graves e o consumo de substâncias ilícitas são considerados comportamentos de risco dada a sua gravidade.

### ***O Comportamento Desviante***

A ideia de que a delinquência seria algo aplicável apenas a crianças e jovens foi ganhando aceitação ao longo do tempo, embora o conceito surja como uma construção social e institucional anti – tética da concepção ideal da infância e da juventude. A consagração institucional desta perspectiva ocorreu quando a sociedade criou instituições directamente vocacionadas para este problema, devido à incapacidade ou desadequação dos controlos informais da família, escola e comunidade para garantir que as regras sejam respeitadas (Ferreira, 1997).

É importante clarificar acerca de alguns conceitos como *comportamento anti-social*, *comportamento delinquente* e *comportamento desviante*, na medida em que são utilizados como sinónimos mas, de facto, dizem respeito a diferentes condutas.

O termo *comportamento anti-social*, de acordo com Hinshaw e Zupan (1997 cit. por Vieira, 1999), é extremamente lato e descreve acções que não contemplam o respeito pelo outro ou pela sociedade em que o indivíduo se insere, tais como: agressão, atitudes desafiadoras, roubo, uso de estupefacientes. Por ser um conceito tão vasto consegue englobar as noções de comportamento delinquente e comportamento desviante. A *delinquência juvenil* refere-se a todo o tipo de infracção criminal que ocorra durante a infância e a adolescência, envolvendo um conjunto de respostas institucionais e legais em relação a menores que cometem infracções criminais (Ferreira, 1997). O *comportamento desviante* pode ser encarado como um desvio à norma, isto é, como uma subordinação face às normas instituídas numa dada sociedade e num determinado contexto sócio – cultural e não se refere a algo ilegal. Assim, o desvio é uma “actividade que desmente as expectativas, que viola uma norma ou nega um valor” (Sá, 2001).

Enquanto comportamento desviante tem na sua base uma perspectiva sociológica, e a delinquência juvenil constitui um termo de origem jurídica, designações como perturbação do comportamento, distúrbios de comportamento ou distúrbio de personalidade anti-social constituem, por sua vez, classificações de problemas de saúde mental (Fonseca, 2000).

Nem sempre os comportamentos desviantes estão relacionados com a delinquência. Para Almeida, Antunes e Marques (1999) existem algumas condutas juvenis que, entre alguns adultos, podem ser consideradas “desviantes” e entre os jovens adquirem o estatuto de normalidade. Por exemplo, os “grafiters”. Perante a lei, estas acções são consideradas infracções, quando se tratam de espaços públicos. No entanto, para os seus autores, são consideradas como uma diversão gratificante e na maioria das vezes é considerado um comportamento perfeitamente adequado às leis do grupo em que se integram. Segundo Durkheim (1964), o desvio não é uma aberração social, é uma dimensão normal e necessária da ordem social que está presente em qualquer sociedade. É a regra e não a excepção.

Estes fenómenos desviantes ocorrem, muitas vezes, na adolescência. Este é um período de incerteza e indefinição que é vivida de uma forma aparentemente homogénea, mas também de diversas maneiras pelos diferentes indivíduos, pelos diferentes grupos e em diferentes contextos sócio-culturais (Ambrósio, 1985).

Existem numerosos estudos que tentam explicar como e porquê os jovens se envolvem em crimes. Alguns referem a pobreza, desigualdade e falta de emprego, outros culpam os pais solteiros e instáveis ou ainda famílias violentas. Ainda outros citam a influência dos meios de comunicação social, ou o tipo de personalidade anti – social, os quais são alienados pela sociedade (Payne, 2003). Segundo esta autora, é importante começar por perceber a sua frequência, intensidade, duração e se é ou não considerado apropriado, normal ou razoável no meio de um determinado grupo etário.

### ***Teoria do Desvio Juvenil***

É importante questionarmos o que poderá levar um adolescente a exhibir determinados comportamentos considerados excessivos ou desadequados num determinado contexto, desafiar a autoridade, ser agressivo, danificar a via pública, destruir bens materiais alheios, beber em excesso e ainda a experimentar drogas.

A perspectiva sociológica põe em causa a relação que o indivíduo mantém com a sociedade. Esta perspectiva tem sido desenvolvida por dois modelos que partem do pressuposto de que a adolescência é uma idade aberta e vulnerável ao desvio: o do Controlo Social e o da Identidade (Ferreira, 2000). No entanto, só irá feita referência ao Modelo do Controlo Social.

### **Modelo do Controlo Social**

Este modelo foi desenvolvido por Hirshi (1969) em que alega que o ser humano é dotado da capacidade e vontade para cometer comportamentos desviantes e que a maioria não o faz pela existência de laços fortes e intensos que os prendem à sociedade. Embora seja uma teoria na linha das abordagens que vêem o acto delituoso como resultante do enfraquecimento ou mesmo corte dos laços que unem o indivíduo à sociedade, Hirshi operacionaliza a forma como tal é feito através de quatro aspectos: o primeiro, que faz apelo à instância superegógica da teoria psicanalítica, está relacionado com a sensibilidade/insensibilidade em relação à opinião de outrem e explica de certa forma a psicopatia. O segundo, que se identifica com o princípio da realidade e com as propriedades do ego freudiano, reporta-se à componente racional que implica a ponderação dos riscos que o indivíduo corre quando se envolve em percursos desviantes. Em terceiro surge o envolvimento, ou seja, o indivíduo tem tendência a envolver-se em actividades delituosas sempre que a oportunidade surge e ele se encontra afastado das tarefas convencionais de ajuste à sociedade. Por fim, a teoria

assume a existência de uma crença num conjunto de normas sociais e morais que está presente mesmo quando o sujeito comete o delito.

Assim, para o autor, o indivíduo que se envolve em comportamentos desviantes é “vítima” de um processo de falta de controlo, em que intervêm alguns aspectos: ausência de ligações afectivas; ausência de sentido de existência de obrigações / deveres para com os outros; tendência para o não envolvimento em tarefas convencionais de ajuste à sociedade; existência de uma crença por parte do transgressor em normas sociais e morais compatíveis com o seu comportamento desviante.

O maior interesse que esta teoria suscita é o de deixar em aberto a possibilidade de que qualquer um de nós é um “potencial desviante” que só não o foi porque os factores de ligação afectiva, de cumprimento de obrigações/deveres e de envolvimento em tarefas convencionais de ajuste à sociedade, prevalecerem sobre os seus contrários, não dando assim lugar à crença interna de compatibilização entre princípios social e moralmente aceites e o envolvimento em comportamentos desviantes (Gonçalves, 2000).

### 3. *A Família*

Dado o seu papel central na socialização das crianças e dos adolescentes, a família tem sido considerada, desde há muito, um factor decisivo no desenvolvimento da delinquência juvenil (Glueck & Glueck, 1950; Hirschi, 1969; Loeber & Stouthamer – Loeber, 1986; Patterson, 1982; Sampson & Loub, 1993 cit. por Fonseca, 2002). Assim, não é por acaso que muitas teorias da delinquência juvenil se centrem na estrutura familiar, na interacção pais-filhos e nos estilos educativos dos pais. Perante o aumento da instabilidade das estruturas familiares, os factores ligados à família continuarão a ter uma importância central na explicação da delinquência (Fonseca, 2002).

A família desempenha um papel fundamental no desenvolvimento global da criança e do adolescente. As famílias e os factores a elas associados têm influência na educação, socialização, prestação de cuidados, transmissão de crenças e valores e, de um modo geral, na saúde e bem-estar dos seus elementos (Braconnier & Marcelli, 2000). Assim, a família pode funcionar como um factor de protecção mas também de risco. As relações que se desenvolvem no seio da família podem constituir um factor de stress e, por conseguinte, de risco para o desenvolvimento de perturbações. No entanto, as famílias podem também ser agentes de mudança. A promoção de competências facilitadoras das relações interpessoais e de resolução de conflitos podem constituir importantes estratégias para um melhor ajustamento familiar (Sanders, 2000).

As mudanças que ocorrem na adolescência e que envolvem crescimento da criança para uma maturidade física e cognitiva, requerem uma renegociação das relações familiares para uma maior reciprocidade (Toumbourou, 2001). Um importante factor, não só ao nível das famílias, mas de qualquer outro grupo que assim se perceba, é um sentido de proximidade entre os seus elementos. As ligações estáveis e positivas com outros significativos, nomeadamente os pais, dão à criança um sentimento de segurança e previsibilidade (Barber, 1997).

Um forte suporte familiar, uma forte identificação familiar e um envolvimento afectivo constituem importantes factores de protecção na família (Silliman, 1994). Este autor afirma que os jovens que se sentem próximos dos pais, que sentem que a família gosta e se preocupa com eles e que estão satisfeitos com as suas relações familiares têm menos probabilidade de entrar em comportamentos de risco.

Segundo Hill, Fonagy, Safier e Sargent (2003), os mecanismos de funcionamento das famílias reflectem, em sua maioria, numa perspectiva sistémica, que avalia o suporte

familiar em diversas dimensões, tais como a clareza da comunicação, proximidade versus distanciamento entre os membros, organização do grupo em contextos específicos, ligação afectiva, papéis familiares e crenças sobre a representação desses papéis.

A ligação afectiva dos jovens aos seus pais e o suporte que os pais fornecem aos seus filhos constituem, igualmente, importantes factores a considerar ao nível do comportamento desviante. Apesar de alguns estudos revelarem não existir efeitos significativos do envolvimento afectivo entre pais e filhos no comportamento desviante (Herman et al., 1997), a maioria dos estudos revela que existe uma relação negativa entre o suporte afectivo e o comportamento desviante (Baldry & Farrington, 2000).

### ***A Influência da Família no Comportamento Desviante***

A influência da família nos problemas de comportamento tem sido largamente estudada e publicada. (Simões, 2007).

Fonseca (2002) afirma que actualmente, não há dúvida de que a socialização da família é de importância crucial para o futuro das pessoas, especialmente no que respeita a comportamentos desviantes do ponto de vista social e criminal (Fonseca, 2002).

Sprinthall & Collins (1999) demonstraram que factores como a desintegração familiar, indiferença ou hostilidade dos pais em relação aos filhos, inadequada supervisão da mãe em relação ao jovem, disciplina demasiado severa ou irregular por parte do pai, constituíam elementos de risco para o desenvolvimento do comportamento delinvente. Para Hill (2002) factores como a criminalidade parental, desordens psiquiátricas, tamanho da fratria, conflito marital, desregulação afectiva no seio familiar e a exposição sistemática ao stress são determinantes do comportamento desviante.

Segundo Fleener (1999 cit. por Ruchkin et al., 2000) afirma que, por um lado a família disfuncional pode ser o centro onde se desenvolve o comportamento delinvente, por outro lado, uma família forte pode criar e proteger o jovem, mesmo quando os pares e a escola falham.

Segundo uma das mais explícitas e elaboradas teorias do controlo social (Hirshi, 1969), a relação entre pais e filhos é central para a compreensão da génese da delinquência. A influência protectora da família em relação à delinquência estrutura-se em torno de três dimensões: a supervisão familiar, a identificação com os pais e a comunicação íntima. A maior sensibilidade em relação às preocupações e orientações dos pais aumenta a probabilidade de a criança levar em consideração essas preocupações e orientações

quando se debate com a possibilidade de vir a cometer um acto delinvente. Os laços familiares inibem ou controlam a delinquência porque o adolescente não quer pôr em causa as relações positivas que mantém com os pais. A ausência de relações próximas e intensas na família cria condições que levam à delinquência na medida em que minimiza a sensibilidade do adolescente às opiniões dos pais, deixando-o mais liberto para poder responder às solicitações situacionais e ao encorajamento dos amigos.

Enquanto a falta de supervisão, monitorização ou práticas disciplinares inconsistentes funcionam como factores de risco para o comportamento delinvente, o inverso, ou seja, boa supervisão e práticas disciplinares ajustadas, parecem funcionar como factores de protecção ao mesmo nível. Um estudo, realizado por Herman, Dornbusch, Herron e Herting (1997) mostrou que práticas de regulação ajustada, envolvendo uma boa monitorização e organização em casa, bem como o emprego de disciplinas não coercivas e democráticas, estavam relacionadas com uma redução do comportamento desviante. A este respeito, Gottfredson e Hirshi (1994 cit. por Simões, 2007) referem que as famílias que cuidam dos seus filhos, que os monitorizam, que estão atentas ao comportamento desviante e à punição, promovem o auto-controlo, que se vai sedimentando como uma característica estável. Na ausência deste processo socializador, os indivíduos não desenvolvem um sentimento de controlo interno, o que os deixa especialmente vulneráveis a factores situacionais facilitadores da actividade delinvente.

#### **4. O Grupo de Pares**

É no início da adolescência que os grupos e os amigos adquirem uma importância especial na vida dos indivíduos. Este facto está relacionado com as necessidades individuais de intimidade e de um sentimento de confiança mútua entre os pares (Steinberg, 1998).

Os seres humanos vivem em sociedade, integrados em grupos e durante a adolescência a importância do grupo de pares é cada vez mais significativa. A importância dos grupos foi comprovada por vários estudos empíricos que demonstram que 90 a 99% dos inquiridos afirmam pertencer a um grupo, ou seja, quase todos os adolescentes pertencem a um grupo de amigos (Kirchler & Gouveia-Pereira, 1998).

Na adolescência, o grupo de pares pode assumir várias formas que diferem principalmente no seu tamanho, mas todos são baseados em interações face-a-face, associação voluntária e cooperação mútua: *cliques*, *crowds* e *gangs*. Os *cliques* dizem respeito a um pequeno grupo de amigos íntimos, com idades semelhantes, sendo geralmente do mesmo sexo; as *crowds* englobam vários grupos de cliques e permitem o desenvolvimento das competências sociais, principalmente nas interações com o sexo oposto; os *gangs* são um agrupamento diferente dos anteriores, geralmente possuem um líder e uma organização interna e são muitas vezes associados a comportamentos ilegais (Cotterell, 1996).

Apesar de todas as pessoas, independentemente da idade, possuírem colegas, e sentirem a pressão dos mesmos, pensa-se que a adolescência é o período em que os conflitos entre a família e o grupo de colegas são mais intensos. No entanto, também é verdade que os colegas contribuem positivamente para o desenvolvimento do adolescente, através de variadas maneiras que não são possíveis à família.

Nesta fase da vida, o grupo de colegas, juntamente com a família e a escola, são os principais contextos em que os adolescentes desenvolvem as características pessoais e sociais de que necessitarão na vida adulta (Sprinthall & Collins, 1999).

Para o adolescente, um amigo é aquele que os compreende e que pensa de forma similar sobre assuntos importantes. Os amigos íntimos apresentam características similares em termos de identidade, atitudes e comportamentos. A partilha de sentimentos, de identidades e interesses comuns constituem a base para o estabelecimento das amizades na adolescência (Sprinthall & Collins, 1999).

Num estudo efectuado por Brown, Eicher e Petrie (1986 cit. por Kirchler et al., 1991), foi perguntado a vários jovens qual a importância atribuída ao grupo de pares a que pertenciam. O grupo foi considerado como um meio para ajudar o indivíduo a definir a sua identidade, interesses e personalidade; para construir a sua reputação; a desenvolver um equilíbrio entre a sua individualidade e a conformidade; a proporcionar suporte emocional e material; a construir e manter as suas amizades; e fomentar a participação em actividades de grupo.

O conceito de grupo de pares engloba um termo mais geral que se refere a adolescentes que não estão face-a-face com o grupo, mas sentem-se identificados com esse mesmo grupo. De acordo com Cotterell (1996) a distinção entre o grupo de que o adolescente faz efectivamente parte e o grupo com o qual se identifica é muito importante para perceber a natureza da influência do grupo de pares. Assim, a influência do grupo de pares não está dependente da participação do adolescente no grupo pois a afiliação ao grupo já é suficiente para afectar as suas atitudes, crenças e comportamentos.

### ***O Grupo de Amigos e os Comportamentos Desviantes***

Os grupos de pares constituem um espaço relacional muito importante na adolescência. O grupo dá suporte, confiança, autonomia e um quadro de referência de atitudes e comportamentos em relação a aspectos significativos na vida do adolescente. Ferreira (2000) afirma que a associação e pertença a um grupo de pares sustenta crenças favoráveis ao desvio e que as coloca em prática, o que constitui uma fonte de influência “desviante” para os seus membros.

Na adolescência, o grupo de pares fornece ao indivíduo múltiplas oportunidades para tomar conhecimento das estratégias dos outros, observar o seu grau de eficácia e utilizá-las em situações semelhantes (Kirchler et al., 1991). Assim, aumenta a exposição à influência que as relações e as acções dos outros exercem sobre o comportamento dos jovens e, conseqüentemente, pode afirmar-se que as associações com amigos desviantes serão vitais para a iniciação ao mundo da transgressão.

A influência dos pares é frequentemente utilizada para explicar os comportamentos desviantes dos adolescentes. Kandel (1978 cit. por Cotterell, 1996) refere a existência de três tipos de influência interpessoal: a influência directa em que os pais e amigos fornecem o exemplo e reforçam determinados comportamentos; a influência indirecta estabelecida com base em redes interpessoais onde os jovens criam interesses e valores

comuns e a influência condicional em que uma fonte de influência altera a susceptibilidade do indivíduo face a outra fonte de influência.

Segundo Gouveia-Pereira (2004), os comportamentos desviantes são actividades públicas. De facto, Carroll, Hattie, Durkin & Houghton (1997) demonstram empiricamente que os comportamentos desviantes não são realizados de forma isolada. De acordo com Palmonari et al. (1991) os comportamentos desviantes, tais como o vandalismo, abuso de drogas, pequenos furtos, são maioritariamente cometidos com os companheiros e, na maior parte das vezes, são percebidos como um sinal de maturidade pelos membros de grupo de pertença.

Assim, pode assumir-se que o comportamento desviante poderá ser explicado por diferentes razões, como a solidariedade grupal ou mesmo pela necessidade de manter uma reputação perante o resto do grupo. Para Emler (1984), muitos jovens tentam alcançar uma “reputação desviante”, porque este é o tipo de reputação aprovada e suportada pelo seu grupo de pares, o que fará com que os adolescentes sejam mais facilmente aceites no grupo e se integrem no seu meio.

No entanto, muitas vezes os adolescentes associam-se a um grupo de risco, não porque querem, mas porque são rejeitados por outros grupos e essa é a solução que encontram para conseguir algum tipo de apoio. Estudos demonstram que os adolescentes que apresentam dificuldades em interagir com os seus pares, quer em situações de um para um, quer em situações de grupo, são menos capazes e têm menos vontade de tratar os outros com cortesia, respeito e justiça e, em contrapartida, os seus pares estão menos dispostos a aceitá-los, tornando-se assim um ciclo vicioso (Hartup, 1983).

Palmonari et al (1991) referem que os jovens que têm mais dificuldades em aceitar os valores da família e que têm constantes conflitos com os seus elementos, procuram compensar a falta de identificação à família com uma forte identificação ao grupo de pares. Se o grupo de pares tem tendência para desenvolver comportamentos de risco, o elevado grau de identificação com o grupo e a distância que sente da família podem ser condutores para o desencadear de comportamentos desviantes.

## **5. A Escola**

Existem vários estudos que têm mostrado que a escola constitui uma das principais preocupações dos adolescentes, logo a seguir às relações com os amigos, que constituem a sua principal preocupação. Só depois vêm as preocupações com o tempo de lazer, condições de vida, relações amorosas e relações com os pais. Constituem também, dado ser uma das principais preocupações, um dos temas centrais de discussão com os amigos, colegas e com os pais (Braconnier & Marcelli, 2000).

A cultura da escola é determinada por factores que definem em simultâneo escolas efectivas, nomeadamente, o envolvimento dos estudantes, factores associados aos professores, suporte comunitário e enfoque curricular. A cultura escolar estabelece regras, expectativas e normas para os seus membros e permite um aumento da auto-estima através da partilha de valores, crenças e actividades (McWhirter et al., 1998). Para que haja esta partilha e um aumento da auto-estima pela pertença ao grupo escolar é preciso que os estudantes se sintam identificados com a escola, no seu conceito global, e como tal ligados à escola.

A escola, a par da família e dos grupos de pares, constitui um dos mais importantes contextos socializadores. É, por isso natural que os factores aliados à escola sejam frequentemente encontrados associados ao ajustamento ou desajustamento dos jovens. No que respeita à delinquência, existem factores como a falta de clareza e consistência ou reforço das regras escolares, baixa identificação com a escola, fraco desempenho escolar e insucesso escolar (Ferreira, 2000). A identificação à escola constitui ainda um dos factores mais frequentemente citados como estando associado aos comportamentos delinquentes. Os jovens que não têm uma grande identificação à escola tendem a ter níveis mais elevados de actos delinquentes.

Walgrave (1991) aponta a escola como um dos principais contextos de risco para o desenvolvimento do comportamento desviante. O autor faz referência ao papel que a escola tem na criminogénese. O processo essencial parece ser o processo de etiquetagem, que tem, por um lado, um impacto negativo na auto-imagem e que conduz, por outro, a uma deterioração do estatuto social e escolar. Um dos factores – chave para esta etiquetagem é a existência de expectativas mais baixas para as crianças de classes sociais inferiores, o que funciona como uma auto – realização de profecias. O autor salienta ainda a ausência do papel sedutor da escola para muitos jovens que aí só experimentam fracasso, frustrações e rejeição. Estas experiências negativas conduzem a

uma estigmatização que, por sua vez, facilita a associação com pares desviantes e a entrada na delinquência.

Assim, a partir da revisão de literatura, construímos as seguintes hipóteses:

**H1:** Existem diferenças significativas nos comportamentos de desvio (comportamentos ilícitos e de experimentação), em função da pertença ao grupo e do grau de identificação aos respectivos grupos de identificação.

É esperado que as três entidades de socialização (família, grupo de pares e escola) tenham impacto nos comportamentos desviantes. De acordo com a literatura revista, construímos a nossa segunda hipótese.

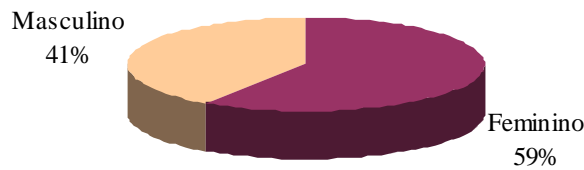
**H2:** Esperamos que a família tenha um maior impacto na diminuição dos comportamentos desviantes (ilícitos e de experimentação), em comparação com a escola.

## II - Método

### *Participantes*

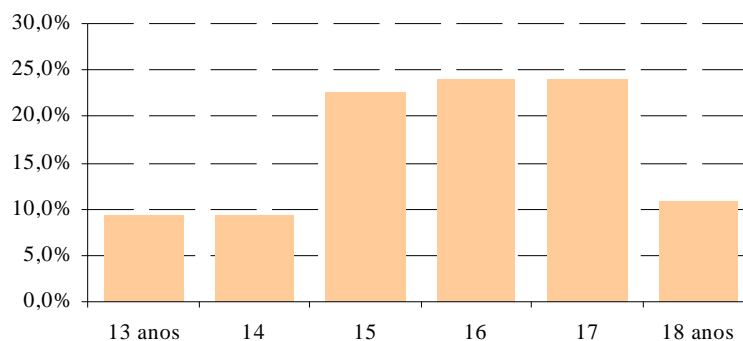
Colaboraram no estudo 150 jovens, dos quais 59% pertencem ao género feminino e os restantes 41% ao género masculino, conforme se pode observar no gráfico nº 1.

*Gráfico 1 - Género*



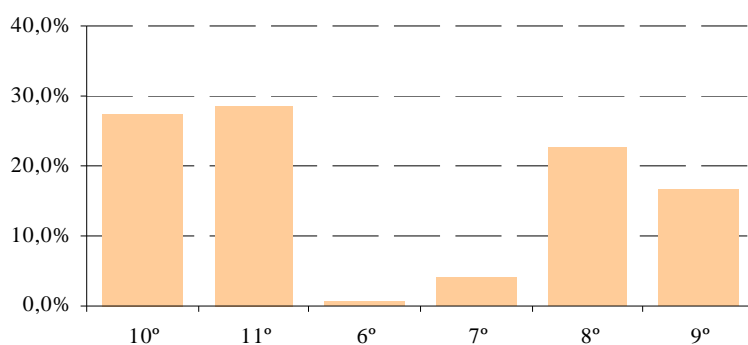
A média das idades é de 15,7 anos (DP=1,4 anos). O sujeito mais novo tem 13 anos e o mais velho 18 anos. Os escalões etários mais representados são o escalão dos 16 anos e o escalão dos 17 anos, ambos com uma percentagem de 24% de inquiridos, conforme se pode observar no gráfico nº 2.

*Gráfico 2- Escalões etários*



Conforme se verifica no gráfico nº 3, os anos escolares mais frequentados são o 8º ano, o 10º ano e o 11º ano, todos com uma percentagem acima dos 20%.

Gráfico 3- Ano frequentado



## ***Instrumentos***

### **Comportamentos de desvio**

Esta escala foi desenvolvida por Gouveia-Pereira e Sanches (2008) e é constituída por 41 itens que medem a frequência de comportamentos desviantes que ocorreram nos dois últimos anos em contexto escolar, familiar ou público. As respostas eram dadas numa escala de 6 pontos (0 = nunca; 6 = muitas vezes).

### **Pertença “Grupo de Pares”**

Esta medida foi construída com base no estudo de Gouveia-Pereira *et al.* (2000). Apresentou-se uma lista de possíveis grupos de pertença: colegas da escola, associação de estudantes, colegas de turma, bairro, surfers, betinhos, blacks, hippies, ganzas, escuteiros, desportivo, religioso, político, musical e outros.

Os participantes assinalavam com uma cruz o(s) grupo(s) a que pertenciam. Posteriormente, era também perguntado “de entre os grupos aos quais pertences, indica com qual te sentes melhor”. Esta pergunta tinha como objectivo ter acesso ao grupo de pertença com o qual os participantes se identificavam mais / preferido.

### **Escalas de Identificação com a Família, com o Grupo de Amigos da Escola e com a Escola.**

Estas escalas foram construídas e adaptadas para a população portuguesa por Gouveia-Pereira (2004).

Cada escala é constituída por 6 itens, em que as respostas eram dadas numa escala de 5 pontos (0 = discordo totalmente; 5 = concordo totalmente).

## **Questionário Sócio – Demográfico**

No final, os adolescentes tinham um questionário sócio – demográfico, de modo a que compreendêssemos melhor a sua situação a nível escolar e familiar.

### ***Procedimento***

Os dados do presente estudo foram obtidos através da aplicação de um questionário de auto-preenchimento aplicados a uma amostra de adolescentes de ambos os sexos.

Inicialmente, entrei em contacto com duas escolas da zona Oeste, a fim de apresentar os objectivos do estudo e decidir sobre a sua aprovação. Posteriormente, foram marcados dias e horas para a aplicação dos questionários nas respectivas escolas.

Assim, a recolha de dados foi realizada através da administração de um questionário, o qual foi preenchido individualmente durante um período de aulas cedido para o efeito. A aplicação dos questionários foi feita na presença da autora do estudo e do professor responsável pela aula. O preenchimento do questionário demorou cerca de 20 a 30 minutos.

Antes de se iniciar a aplicação propriamente dita, explicou-se aos adolescentes qual o objectivo do estudo, salientando-se a importância da sua colaboração, o facto de não existirem respostas certas nem erradas, garantindo a confidencialidade e o anonimato dos dados.

Depois de recolhidos os questionários, procedeu-se ao tratamento dos dados para responder às hipóteses, utilizando o programa SPSS.

### III – Apresentação dos Resultados

Os dados recolhidos através dos questionários foram introduzidos no SPSS, versão 15.

#### *Análise de Componentes Principais*

Em primeiro lugar, realizou-se uma Análise Factorial em Componentes Principais, relativamente aos itens da frequência de comportamentos desviantes ( $KMO=0,926$ ). No entanto, a análise efectuada tinha uma estrutura pouco inteligível.

Quando se analisa a configuração da correlação das questões com dois factores encontrados, constata-se que não é nada semelhante à encontrada pelas autoras. Assim, abandona-se a análise factorial e cria-se factores de acordo com os encontrados pelas autoras ( $KMO = 0,914$ ).

Assim, a Análise Factorial em Componentes Principais mostrou a existência de duas dimensões distintas: *Comportamentos Ilícitos* e *Comportamentos de Experimentação*.

É importante referir que foram retirados quatro itens da análise por não se agregarem de forma significativa em nenhum dos dois factores.

Através da observação da Tabela 1 é possível constatar que os coeficientes de fidelidade para ambas as dimensões, *Comportamentos Ilícitos* e *Comportamentos de Experimentação* podem ser considerados bons: 0,94 e 0,86, respectivamente.

Tabela 1 – Coeficiente de Fidelidade, Média e Desvio Padrão para cada factor da escala Comportamentos Desviantes.

Comportamentos Ilícitos	Comportamentos de Experimentação
$\alpha = 0,94$	$\alpha = 0,86$
$X = 0,58$	$X = 1,43$
$DP = 0,77$	$DP = 0,97$

## *Análise de Variância*

Primeira Hipótese:

De forma a testar a primeira hipótese deste estudo, ou seja, averiguar se os comportamentos desviantes diferem em função do grupo de pertença e do grau de identificação a esses mesmos grupos, foram conduzidas duas ANOVA factoriais a dois factores.

## *Comportamentos Ilícitos*

Tabela 2 – Média e Desvio-Padrão para os Grupos de Pertença e Grau de Identificação

Grau de Identificação	Grupo de Pertença	Média	Desvio - Padrão
Menor identificação	amigos da escola	2,4727	1,09968
	grupo de bairro	2,8556	1,13158
	Total	2,5949	1,11230
maior identificação	amigos da escola	2,1370	1,02362
	grupo de bairro	2,6204	1,09537
	Total	2,2176	1,04117
Total	amigos da escola	2,2765	1,06189
	grupo de bairro	2,7674	1,10013
	Total	2,3932	1,08601

Na análise de variância, encontrou-se um efeito significativo, para um nível de significância ( $\alpha \leq 0,10$ ), da variável pertença ao grupo sobre os comportamentos ilícitos,  $F(1,97)=2,833$ ,  $p=0,096$ .

Os sujeitos que se identificam com os amigos de bairro obtêm valores mais elevados na escala de comportamentos ilícitos (2,76 versus 2,27).

O efeito da variável identificação com os amigos ( $p=0,270$ ) e a interacção identificação com os amigos \* grupo de pertença não é estatisticamente significativo ( $p=0,846$ ).

## ***Comportamentos de Experimentação***

Tabela 3 – Média e Desvio-Padrão para os Grupos de Pertença e Grau de Identificação

Grau de Identificação	Grupo de Pertença	Média	Desvio - Padrão
Menor identificação	amigos da escola	3,0865	1,18393
	grupo de bairro	3,7744	,97451
	Total	3,3061	1,15702
maior identificação	amigos da escola	2,8718	1,09242
	grupo de bairro	3,5556	1,11855
	Total	2,9858	1,11613
Total	amigos da escola	2,9610	1,122872
	grupo de bairro	3,6923	1,01240
	Total	3,1348	1,14097

Na análise de variância, encontrou-se um efeito significativo, da variável pertença ao grupo sobre os comportamentos de experimentação,  $F(1,97)=6,616$ ,  $p=0,012$ .

Os sujeitos que se identificam com os amigos de bairro obtêm valores mais elevados na escala de comportamentos de experimentação (3,69 versus 2,96).

O efeito da variável identificação com os amigos ( $p=0,418$ ) e a interação identificação com os amigos \* grupo de pertença não é estatisticamente significativo ( $p=0,994$ ).

## ***Análise de Regressão Múltipla***

Segunda Hipótese:

De forma a testar a segunda hipótese deste estudo, ou seja, se a família tem um maior impacto na diminuição dos comportamentos desviantes (ilícitos e de experimentação), em comparação com a escola, foram conduzidas duas Análises de Regressão Múltipla, método stepwise.

Na primeira Análise de Regressão Múltipla foi introduzida a variável Comportamentos Ilícitos como variável critério e as variáveis Identificação com a Família e Identificação com a Escola como variáveis preditivas.

Na segunda Análise de Regressão Múltipla foi introduzida a variável Comportamentos de Experimentação como variável critério e as variáveis Identificação com a Família e Identificação com a Escola como variáveis preditivas.

Tabela 4 – Regressão Múltipla para a influência da Família e da Escola nos Comportamentos Ilícitos.

	<b>Comportamentos Ilícitos</b>		
	Beta	Sig	R2
Identificação à Família	-,562	,000	,44
Identificação à Escola	-,176	,014	

O primeiro modelo explica 42,1% da variância e é significativo ( $p=,000$ ). O segundo modelo explica 44,4% (acréscimo de 2,3%) e também é significativo.

Os coeficientes de regressão das variáveis identificação com a família ( $\beta=-0,562$ ,  $t(147) = -7,951$ ,  $p=0,000$ ) e identificação com a escola ( $\beta=-0,176$ ,  $t(147) = -2,488$ ,  $p=0,014$ ) são significativos, sendo que a identificação com a família tem um impacto maior na diminuição dos comportamentos ilícitos.

Tabela 5 - Regressão Múltipla para a influência da Família e da Escola nos Comportamentos de Experimentação.

	<b>Comportamentos de Experimentação</b>		
	Beta	Sig	R2
Identificação à Família	,557	,000	,45
Identificação à Escola	,196	,006	

O primeiro modelo explica 42,7% da variância e é significativo ( $p=,000$ ). O segundo modelo explica 45,6% (acréscimo de 2,9%) e também é significativo.

Os coeficientes de regressão das variáveis identificação com a família ( $\beta=-0,557$ ,  $t(147) = -7,973$ ,  $p=0,000$ ) e identificação com a escola ( $\beta=-0,196$ ,  $t(147) = -2,802$ ,  $p=0,006$ ) são significativos, sendo que a identificação com a família tem um impacto maior na diminuição dos comportamentos de experimentação.

## IV – Discussão

Com este estudo pretendeu-se analisar de que modo é que a família, o grupo de pares e a escola influenciam os comportamentos desviantes.

O presente estudo comprova que todos os adolescentes que participaram nesta pesquisa se sentem identificados, uns menos e outros mais, com a família, com os amigos e com a escola.

Foi também perguntado aos adolescentes com qual dos grupos de pertença se sentem melhor, ou seja, qual o grupo com o qual se identificam mais/preferido. Os resultados revelam que os grupos com os quais os adolescentes se identificam mais são o grupo de amigos da escola e o grupo de bairro. Os grupos com os quais os adolescentes se identificam menos são o grupo de betinhos e o grupo religioso. Os resultados deste estudo evidenciam que é diferente perguntar a que grupos é que os jovens pertencem e perguntar qual o grupo com o qual têm um maior grau de identificação. No entanto, o grau de identificação ao grupo é mais importante do que o grupo ao qual o adolescente pertence, pois, na maioria das vezes, a afiliação ao grupo é suficiente para influenciar as atitudes, crenças e comportamentos dos jovens (Cotterell, 1996).

Para testar a hipótese de que os comportamentos de desvio diferem em função da pertença ao grupo e do grau de identificação aos respectivos grupos de identificação, analisou-se se existem diferenças significativas entre os grupos de pertença e do grau de identificação aos respectivos grupos de identificação para cada dimensão dos comportamentos desviantes: comportamentos ilícitos e comportamentos de experimentação.

Os dados revelam que existe um efeito significativo para a variável pertença ao grupo sobre os comportamentos ilícitos, ou seja, os adolescentes que se identificam com o grupo de amigos, nomeadamente, com o grupo de bairro, obtêm valores mais elevados na escala de comportamentos ilícitos.

No entanto, não existem diferenças significativas para a variável identificação com os amigos e a interação identificação com os amigos/grupo de pertença.

Assim, o tipo de grupo com o qual o adolescente se identifica mais apresenta diferenças na exibição de comportamentos ilícitos.

O mesmo se verifica para a dimensão comportamentos de experimentação, isto é, existe um efeito significativo para a variável pertença ao grupo sobre os comportamentos de experimentação, ou seja, os adolescentes que se identificam com o grupo de amigos, nomeadamente, com o grupo de bairro, obtêm valores mais elevados na escala de comportamentos de experimentação.

No entanto, não existem diferenças significativas para a variável identificação com os amigos e a interacção identificação com os amigos/grupo de pertença. Assim, o tipo de grupo com o qual o adolescente se identifica mais apresenta diferenças na exibição de comportamentos de experimentação.

De um modo geral, os resultados mostram que os adolescentes têm uma maior tendência em desenvolver comportamentos desviantes com o grupo de amigos ao qual pertencem ou se identificam mais, independentemente do seu grau de identificação a esse mesmo grupo. Este facto verifica-se para ambas as dimensões do comportamento desviante. Deste modo, a nossa hipótese confirma-se parcialmente.

Nos resultados obtidos verifica-se que não existem diferenças significativas entre os comportamentos de desvio, para ambas as dimensões e o seu grau de identificação. Assim, este facto está de acordo com a teoria proposta por Ferreira (2000), em que afirma que a associação e pertença a um grupo de pares sustenta crenças favoráveis ao desvio e as coloca em prática, o que constitui uma fonte de influência “desviante” para os seus membros.

No entanto, sabe-se que na adolescência, o grupo de pares tem um papel preponderante nesta fase da vida. Segundo Gouveia-Pereira *et al.* (2000), existem algumas hipóteses que explicam a importância dada pelos adolescentes ao grupo de pares. Uma hipótese pode estar relacionada com o facto de os adolescentes encontrarem no grupo um espaço privilegiado de identificação com os seus pares, com os quais podem falar sobre os mesmos problemas e angústias, incertezas e sentimentos sem o controlo dos adultos.

Ainda de acordo com Palmonari *et al.* (1991), os comportamentos desviantes podem ser explicados por diversas razões, como a solidariedade grupal ou pela necessidade de manter uma reputação perante os elementos do grupo. O modo como a reputação é construída depende da identidade que o adolescente pretende atingir (Emler & Reicher, 1995). Muitos jovens tentam alcançar uma “reputação desviante” porque este é o tipo de reputação aprovada e suportada pelo seu grupo de amigos (Emler, 1984). Aquilo que os

outros pensam sobre ele torna-se mais importante do que aquilo em que ele realmente acredita. Se o jovem pretende alcançar este tipo de reputação vai, provavelmente, assumir comportamentos que o demonstrem e consonantes com a sua pretensão.

Numa segunda hipótese quisemos averiguar se a identificação à família tem um maior impacto na diminuição dos comportamentos desviantes (ilícitos e de experimentação) em comparação com a escola.

Os resultados obtidos mostram que a identificação à família tem um maior impacto na diminuição dos comportamentos desviantes em comparação com a escola.

Assim, pode concluir-se que a família é um agente socializador de extrema importância na vida de um adolescente.

Estes resultados vão de encontro às teorias do controlo social de Hirschi (1969), em que refere que a relação entre pais e filhos é central para a compreensão da génese da delinquência. Ferreira (2000) refere que a influência protectora da família em relação à delinquência estrutura-se em torno de três dimensões: a supervisão familiar, a identificação com os pais e a comunicação íntima. Este autor refere ainda que a ausência de relações próximas e intensas na família cria condições que conduzem aos comportamentos desviantes, na medida em que minimiza a sensibilidade do adolescente às opiniões dos pais, deixando-o mais livre para responder às solicitações situacionais e ao encorajamento dos amigos.

Sanders (2000), afirma que a família pode funcionar como um factor de protecção mas também de risco. A família pode também ser um agente de mudança, ou seja, a promoção de competências facilitadoras das relações interpessoais e de resolução de conflitos podem constituir importantes estratégias para um melhor ajustamento familiar.

Os resultados obtidos vão ainda de encontro com a teoria de Silliman (1994) em que afirma que um forte suporte familiar, uma forte identificação familiar e um envolvimento afectivo constituem importantes factores de protecção na família. O autor afirma ainda que os jovens que se sentem próximos dos pais, que sentem que a família gosta e se preocupa com eles e que estão satisfeitos com as suas relações familiares têm menos probabilidade de entrar em comportamentos de risco.

Uma outra teoria importante de referir é a de Baldry e Farrington (2000), em que afirmam que a ligação afectiva dos jovens aos seus pais e o suporte que os pais

forneem aos seus filhos constituem igualmente, importantes factores a considerar ao nível do comportamento desviante. Apesar de haver estudos que afirmam não existir efeitos significativos do envolvimento afectivo entre pais e filhos no comportamento desviante, a maioria dos estudos revela existir uma relação negativa entre o suporte afectivo e o comportamento desviante.

Ainda relacionado com os resultados obtidos está a teoria de Fleener (1999 cit. por Ruchkin et al., 2000), em que afirma que, por um lado, a família disfuncional pode ser o centro onde se desenvolve o comportamento desviante, por outro lado, uma família forte pode criar e proteger o jovem, mesmo quando os pais e a escola falham.

No que respeita aos resultados referentes à variável identificação com a escola, verifica-se que vão de acordo a um estudo realizado por Walgrave (1991), em que aponta a escola como um dos principais contextos de risco para o desenvolvimento dos comportamentos desviantes.

Ferreira (2000) afirma que a identificação à escola constitui ainda um dos factores mais frequentemente citados como estando associado aos comportamentos delinquentes, ou seja, os jovens que não têm uma grande identificação à escola tendem a ter níveis mais elevados de actos delinquentes.

Palmonari *et al.* (1991) referem que os jovens que têm mais dificuldades em aceitar os valores da família e que têm constantes conflitos com os seus elementos, procuram compensar a falta de identificação à família com uma forte identificação ao grupo de pares. Assim, se o grupo de pares tiver tendência para desenvolver comportamentos de risco, o elevado grau de identificação com o grupo e a distância que sente da família podem ser condutores para o desencadear dos comportamentos desviantes.

## V – Conclusões

Como foi referido, o presente trabalho teve como principal objectivo estudar como a identificação com a família, com o grupo de amigos e com a escola, se relacionam com os comportamentos desviantes que ocorrem na adolescência.

Foi com base neste objectivo que se realizou uma revisão de literatura que permitisse ajudar a compreender melhor os factores que intervêm na emergência de comportamentos desviantes na adolescência.

Numa primeira parte do estudo fez-se referência à importância e ao impacto que a família, e escola e os amigos têm no desencadear dos comportamentos desviantes. Mais concretamente, constatou-se que os adolescentes que têm uma menor identificação com a escola têm uma maior tendência para desenvolver comportamentos desviantes. Verificou-se também que a família é importante na diminuição dos comportamentos desviantes. No entanto, não foi constatado que os adolescentes que tivessem uma menor identificação com os amigos, tivessem mais comportamentos desviantes. Isto comprova que, os adolescentes que se identificam menos com a família e com a escola, vão ter uma maior identificação com os amigos, pois é o grupo de pares que tem uma grande influência do desenvolvimento de comportamentos desviantes.

A família é o principal agente socializador dos adolescentes. São as famílias e os factores a ela associados que vão ter uma grande influência na educação, socialização, prestação de cuidados e na transmissão de crenças e valores (Braconnier & Marcelli, 2000). Mas, existem ainda outros factores que podem ter um forte impacto no desenvolvimento do comportamento delinvente, tais como desintegração familiar, indiferença ou hostilidade dos pais em relação aos filhos, disciplina demasiado severa ou irregular e fraca identificação familiar (Sprinthall & Collins. 1999).

No que se refere às escolas é de esperar que com uma política bem definida de combate ao absentismo e ao insucesso escolar dos alunos possam contribuir para uma maior redução deste tipo de comportamentos nos jovens (Fonseca, 2003). Se o aluno perceber que a escola está a investir nele, sente que tem algum valor, sente-se identificado com a escola e sente que tem um futuro promissor à sua frente. A qualidade da relação com a escola parece então promover atitudes e valores que vão no sentido contrário de caminhos desviantes.

Relativamente à influência que o grupo de amigos tem na vida do adolescente, é importante encarar certos comportamentos com naturalidade. Na adolescência, o jovem experimenta diversos papéis, está aberto a novas experiências, quer ser livre. Assim, é necessário estar atento e tentar perceber quando é que esses comportamentos podem ser nefastos e ter consequências mais graves para o adolescente. É extremamente necessário existir uma articulação das três entidades socializadoras mais importantes nesta etapa da vida. Por exemplo, se um indivíduo, graças à família e à escola, adquirir muitas competências sociais e conseguir um desenvolvimento psicossocial adequado, mais facilmente poderá resistir às influências nocivas das más companhias ou de um meio exterior adverso (Patterson & Yoerger, 2002 cit. por Fonseca, 2003).

Neste sentido, para construir um plano preventivo dos comportamentos de risco na adolescência é necessário considerar as condições de vida gerais, quer dos jovens, quer da sua família, quer do seu grupo de amigos (Simões, 2001).

## **Implicações Metodológicas**

No decorrer do presente trabalho apercebemo-nos da existência de algumas implicações metodológicas que poderão ser melhoradas em futuras investigações:

Ao se utilizar uma medida de auto-avaliação para avaliar os comportamentos desviantes, os resultados podem ser influenciados por factores de ordem situacional, mas também por variáveis de ordem individual, tais como a falta de motivação, a desejabilidade social ou a memória.

Aquando da aplicação do questionário, os professores estavam presentes na sala de aula, o que poderá ter influenciado as respostas dos participantes e conseqüentemente os resultados do estudo. Sugere-se então que, em estudos futuros, os questionários sejam aplicados apenas na presença do investigador.

## Referências Bibliográficas

Almeida, R.; Antunes, P. & Marques, F. (1999). *Traços falantes – a cultura dos jovens grafiteiros*. In J. M. Pais. (pp. 173-211). Porto: Âmbar.

Ambrósio, T. (1985). Contributo para o estudo da identificação psicossocial dos jovens. *Cadernos de Consulta Psicológica*.

Ary, D., Duncan, T. E., Biglan, A., Metzler, C. W., Noell, J. W. & Smolkowski, K. (1999). Development of adolescent problem behavior. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 27, 141 – 150.

American Psychiatric Association (1996). *Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais*. (IV Ed.). Lisboa: Climepsi Editores.

Baldry, A. C. & Farrington, D. P. (2000). Bullies e delinquentes: Características pessoais e estilos parentais. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, XXXIV, 195 – 221.

Barber, B. K. (1997). Introduction: Adolescent socialization in context the role of connection, regulation and autonomy in the family. *Journal of Adolescent Research*, 12 (1), 5 – 11.

Baumerind, D. (1987). A developmental perspective an adolescent risk taking in contemporary America. In C. C. Irwin, Jr. (Ed.). *Adolescent social behavior and health*. San Francisco: Jossey – Bass.

Benavente, R. (2002). Delinquência Juvenil: da disfunção social à psicopatologia. *Análise Psicológica*, 4, 637 – 645.

Braconnier, A & Marcelli, D. (2000). *As mil faces da adolescência*. Lisboa: Climepsi Editores.

Claes, M. (1985). *Os problemas da adolescência*. Lisboa: Verbo.

Coleman, J. C. (1992). Current views of the adolescent process. In J. C. Coleman (Ed.), *The school years: current issues in the socialization of young people* (pp. 1 – 23). London: Routledge.

Cotterell, J. (1996). *Social networks and social influences in adolescence*. London: Routledge.

Durkheim, E. (1964). *A relatividade da norma*. (on-line). Available: <http://teia.salesiano.com.br/caliman/desvio/concetto.htm>. (26 Outubro 2009).

Elkind, D. (1980). *Egocentrismo na adolescência*. Lisboa: Verbo.

Emler, N. (1984). Differential involvement in delinquency: toward an interpretation in terms of reputation management. In B. Maher & W. Maher (Eds.), *Progress in Experimental Personality Research* (vol.13, pp. 172-239). London: Academic Press.

Emler, N. & Reicher, S. (1995). *Adolescence and delinquency: the collective management of reputation*. Oxford: Blackwell Publishers.

Farrington, D. P. (1992). Juvenile delinquency. In J. C. Coleman (Ed.), *The school years: current issues in the socialization of young people* (pp. 123-163). London: Routledge.

Ferreira, P. M. (1997). Delinquência juvenil, família e escola. *Análise Sociológica*, XXXII, (143), 913 – 924.

Ferreira, P. M. (2000). Controlo e identidade: A não conformidade durante a adolescência. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 33, 55 – 85.

Fleming, M. (1993). *Adolescência e autonomia: o desenvolvimento psicológico e a relação com os pais*. Porto: Edições Afrontamento.

Fonseca, N. C. (1986). *Alguns aspectos do desenvolvimento na adolescência, 11 (1)*, 3 – 11.

Fonseca, A. C.; Simões, A.; Rebelo, J. A. & Yule, W. (1999). Distúrbios do comportamento em crianças e adolescentes: Estado actual da questão. *Revista Portuguesa de Pedagogia, XXIX*, 5 – 29.

Fonseca, A. C. (2000). Comportamentos Anti – Sociais: Uma Introdução. *Revista Portuguesa de Pedagogia, XXXIV*, 9 – 36.

Fonseca, A. C. (2002). *Comportamento anti – social e família: uma abordagem científica*. Coimbra: Almedina.

Fonseca, A. C. (2003). Família, escola e comportamento anti-social: uma visão de conjunto. In I. Alberto, C.; Albuquerque, A. Ferreira, A. Fonseca & J. Rebelo (Eds.) *Comportamento anti-social: escola e família* (pp. 9-30). Coimbra: Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra.

Franco, N.; Levitt, M. J. (1998). The social ecology of middle childhood: family support, friendship quality and self – esteem. *Family Relations*. Blacksburg, USA, Vol. 47, nº 4, pp. 315 – 321.

Gonçalves, R.A. (2000). *Delinquência, Crime e Adaptação à Prisão*. Coimbra: Quarteto Editora.

Gouveia Pereira, M. (2004). *Percepções de justiça na adolescência: a escola e a legitimação da autoridade*. Dissertação de Doutoramento em Psicologia Social. Lisboa: ISCTE.

Hartup, W. (1983). Peer Relations. *Handbook of Child Psychology, 4*, 103-196.

Herman, M. R.; Dornbusch, S. M. Herron, M. C. & Herting, J. R. (1997). The influence of family regulation, connection and psychological autonomy on six measures of adolescent functioning. *Journal of Adolescent Research, 12, (1)*, 34 – 67.

Hill, J. (2002). Biological, psychological and social processes in the conduct disorders. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 43 (1), 133 – 164.

Hill, J.; Fanagy, P; Safier, E. & Sargent, J. (2003). The ecology of attachment in the family. *Family Process*, Rochester, USA, Vol. 42, nº 2, pp. 205 – 221.

Hirshi, T. (1969). *Causes of delinquency*. Berkeley: University of California Press.

Igra, V. & Irwin, C. E., Jr. (1996). Theories of adolescent risk – taking behaviour. In R. J. DiClemente, W., B. Hansen & L. E. Ponton (Eds.). *Handbook of Adolescent Health Risk Behaviour* (pp. 35 – 51). New York: Plenum Press.

Jessor, R. (1991). Risk behaviour in Adolescence: A psychosocial Framework for understanding and action. *Journal of Adolescent Health*, 12, 597 – 605.

Kashani, J. H.; Carfield, L. A.; Bardvin, C. M.; Soltys, S.M.; Reid, J. C. (1994). Perceived family and social support: impact on children. *Journal of American and Academy Child and Adolescent Psychiatry*, Chicago, USA, Vol. 33, nº 6, pp. 819 – 823.

Kirchler, E. & Gouveia-Pereira, M. (1998). Campo social do adolescente: o individual, o grupo de pares e os outros. In M. Alves-Martins (Ed.), *IX Colóquio de Psicologia e Educação* (pp. 19-43). Lisboa: ISPA.

Laird, R. D.; Pettit, G. S.; Dodge, K. A. & Bates, J. E. (1999). Best friendship, group relationships, and antisocial behaviour in early adolescence. *Journal of Early Adolescence*, 19 (4), 413 – 437.

Lerner, R. M. & Galambos, N. L. (1998). Adolescent development challenges and opportunities for research, programs and policies. *Annual Review of Psychology*.

Martins, M. (2005). Condutas Agressivas na Adolescência: Factores de Risco e Protecção. *Análise Psicológica*, 2 (XXIII), 129 – 135.

Matos, M. (2005). *Adolescência, Representação e Psicanálise*. 1ª Ed. Lisboa: Climepsi Editores.

Matos, M. G.; Simões, C. & Carvalhosa, S. F. (2000). *Desenvolvimento de competências de vida na prevenção do desajustamento social*. Lisboa: FMM/PPES.

McWhirter, J. J., McWhirter, B. T.; McWhirter, A. M. & McWhirter, E. H. (1998). *At-risk youth: A comprehensive response* (2<sup>nd</sup> Ed.) Pacific Grove: Brooks/Cole Publishing Company.

Medeiros, T. (2000). *Adolescência: Abordagens, investigações e contextos de desenvolvimento*. Direcção Regional de Educação.

Moffit, T. E. & Caspi, A. (2001). Childhood predictors differentiate life – course persistent and adolescence – limited antisocial pathways among males and females. *Development and Psychopathology*, 13, 355 – 375.

Payne, L. (2003). Anti – social behaviour. *Children & Society*, 17, 321 – 324.

Palmonari, A.; Carugati, F.; Bitti, P. & Sarchielli, G. (1984). Imperfect identities: a socio – psychological perspective for the study of the problems of adolescence. In H. Tajfel (Ed.), *The social dimension*, Vol. 1, pp. 111 – 133. Cambridge University Press.

Palmonari, A.; Kirchler, E. & Pombeni, M. (1991). Differential effects of identification with family and peers on coping with developmental tasks in adolescence. *European Journal of Social Psychology*, 21, 381 – 402.

Palmonari, A.; Pombeni, M. L. & Kirchler, E. (1992). Evolution on the self concept in adolescence and social categorization processes. In W. Shoenberg & M. Hewstone (Eds.). *European Review of Social Psychology*, Vol. 3, pp. 285 – 308). New York: John Wiley & Sons.

Piaget, J. (1983). *Piaget's Theory*. New York: John Wiley.

Reckless, W.C. (1961). A new theory of delinquency and crime. *Federal Probation*, 25, 42 – 46.

Ruchkin, V.; Eisemann, M.; Kuposov, R.; Hagglot, B. (2000). Family Functioning, Parental Rearing and Behavioural Problems in Delinquents. *Clinical Psychology and Psychotherapy*, 7, 310 – 319.

Sá, T. (2001). O desvio e a norma: a perspectiva sociológica. In M. Caetano, A.; Lucas, A.; Lúcio, T.; Sá & F. Silva (Eds.), *Marginalidade, risco e delinquência*. Caldas da Rainha: Programa Malhoa.

Shaffer, R. (2005). *Psicologia do Desenvolvimento. Infância e Adolescência*. 6ª Ed. Thomson Editora.

Silliman, B. (1994). *Resiliency research review: Conceptual & research foundations*.

Simões, C. (2001). Comportamentos de Risco: dialécticas e trajectos para a sua compreensão e prevenção. In A. Sequeira (Ed.), *Actas das Primeiras Jornadas em Reabilitação e Inserção Social* (pp. 5-11). Lisboa: ISPA.

Simões, M. (2007). *Comportamentos de Risco na Adolescência*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Sprinthall, N. & Collins, W. (1999). *Psicologia do Adolescente. Uma abordagem desenvolvimentista*. 2ª Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Steinberg, L. (1998). Adolescence. *Gale Encyclopedia of Childhood and Adolescence*.

Toumbourou, J. W. (2001). Working with families to promote health adolescent development. *Family Matters*. Retirado em 26 Outubro 2009, de [www.findarticles.com](http://www.findarticles.com).

Vieira, A. C. (1999). *Comportamento Delinvente na Adolescência: Influência Social e Identidade Social*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Organizacional. Lisboa: ISCTE.

Walgrave, L. (1991). Prevenção da delinquência juvenil. O papel da escola numa sociedade em evolução. *Infância e Juventude*, 159 – 199.



# I – Revisão de Literatura

## *1. A Adolescência*

A infância e a adolescência nem sempre foram consideradas fases especiais na vida de um ser humano como o é actualmente. Nos dias que correm, a adolescência é um período consideravelmente longo, que vai até à terceira década de vida, em que alguns indivíduos vivem com os pais. Este facto deve-se a diversas causas. Estas podem ser de carácter cultural em que há uma maior liberalização, aceitação e tolerância dos costumes; social, onde se pode destacar o prolongamento dos estudos que pode levar, conseqüentemente, a uma maior dependência; e económica, como o desemprego ou trabalho precário (Braconnier & Marcelli, 2000).

Ao longo da pequena história da adolescência, há uma questão que se tem levantado e que está relacionada com a turbulência e com a instabilidade que o jovem adolescente vive nesta fase da sua vida. Nos dias que correm sabe-se que alguns jovens encontram dificuldades na fase da adolescência. Sabe-se também que, quando surgem estas dificuldades, estas não se generalizam a todas as áreas de funcionamento do adolescente e não atingem necessariamente graves proporções. É importante salientar que muitos dos problemas da adolescência surgem como forma de adaptação do adolescente aos novos desafios que se colocam. (Sprinthall & Collins, 1999).

A adolescência é uma época da vida humana assinalada por diversas transformações. Estas transformações são de foro fisiológico, psicológico, pulsional, afectivo, intelectual e social que são vivenciadas num determinado contexto cultural. Mais do que uma fase da vida, a adolescência é um processo dinâmico de transição entre a infância e a idade adulta. Para Coleman (1992), este processo de transição resulta de pressões de ordem interna (fisiológicas e emocionais) e pressões de ordem externa (pais, professores e sociedade). É importante salientar que é o equilíbrio entre estas duas pressões que contribui para o sucesso deste ciclo da vida.

No entanto, ainda persiste uma certa dificuldade em precisar o conceito de adolescência, pois é utilizado o conceito de negatividade (não é) onde se define que a adolescência é a fase em que já *não se é* criança e ainda *não se é* adulto. Assim, esta

ausência de definição faz projectar a adolescência como um espaço de vazio ou um espaço de indefinição com implicações sociais e também políticas. (Medeiros, 2000).

Apesar de nas últimas quatro décadas terem vindo a aumentar as publicações sobre a adolescência, a verdade é que continua difícil precisar o conceito, principalmente quando se pretende integrar uma perspectiva multidimensional, ou seja, ir para além da dimensão estrita da etimologia. Etimologicamente, a palavra adolescência provem do latim *adolescere*, que significa *crescer*. (Medeiros, 2000).

Para Martins (2005), a adolescência é uma fase da vida que se situa entre a infância e a idade adulta, iniciando-se com as transformações da puberdade (por volta dos 12 anos) e termina com o início da vida adulta (por volta dos 20 anos), não estando o seu final bem definido.

Coleman (1992) refere duas teorias que explicam o processo de transição: a teoria psicanalítica e a teoria sociológica. A teoria psicanalítica centra-se no desenvolvimento psicosexual do indivíduo e foca-se, principalmente, nos factores psicológicos que estão na base do afastamento do adolescente dos comportamentos e envolvimentos emocionais característicos da infância. A teoria sociológica salienta como causa da transição a base social do adolescente e centra-se na natureza dos papéis e nos conflitos de papéis que o indivíduo assume, bem como nas pressões exercidas pelas expectativas sociais e pela influência dos diferentes agentes de socialização.

A adolescência é uma fase de crescimento, de desenvolvimento de uma progressiva maturidade a nível biológico, cognitivo, social e emocional. Nas sociedades modernas não existe um acontecimento único e específico que marque o fim da infância ou o início da adolescência. Esta transição envolve um conjunto de mudanças graduais em múltiplas esferas da condição humana, que ocorrem durante um período mais ou menos alargado, preenchendo toda a adolescência. (Fonseca, 1986).

Uma das questões centrais na adolescência continua a ser a forma como se ultrapassam estas mudanças, transições, desafios, crises, necessidades, entre outros. No entanto, encontram-se sempre dois lados da questão: o optimismo e o pessimismo. Para alguns a adolescência é um período de mudanças dramáticas a nível familiar, a nível escolar, ao nível das amizades e a nível profissional. É também um período de confusão, de sentimentos paradoxais, excitação e ansiedade, felicidade e tristeza, certezas e

incertezas. No entanto, estas dúvidas não se limitam apenas ao jovem, mas também afectam os outros que com ele convivem, nomeadamente pais, professores e amigos que vivem também os seus próprios problemas (Lerner & Galambos, 1998).

A adolescência é também uma fase em que ocorrem diversas mudanças a nível cognitivo. Com a entrada no período das operações formais, o pensamento torna-se mais complexo e mais eficiente, ou seja, há uma mudança na forma de pensar sobre as coisas. (Simões, 2007). Steinberg (1998) refere alguns aspectos que caracterizam o pensamento adolescente, nomeadamente a aptidão para pensar sobre hipóteses. O raciocínio hipotético – dedutivo que se desenvolve na adolescência permite ultrapassar a barreira do concreto, sendo assim possível pensar sobre ideias abstractas.

A teoria de Piaget trouxe uma contribuição muito importante para a compreensão do desenvolvimento cognitivo. Piaget (1983) apresenta quatro estádios de desenvolvimento, sendo que o último estádio, estádio das operações formais, tem o seu início na adolescência. Este estádio inclui operações como pensamento proposicional, análise combinatória, raciocínio probabilístico, correlacional e abstracto, que tornam as operações mentais mais abstractas, complexas, lógicas e flexíveis.

As mudanças emocionais também são características essenciais na fase da adolescência. Estas envolvem mudanças na forma como os indivíduos se vêem a eles próprios e na sua capacidade para funcionar independentemente. Com a entrada na adolescência aumenta a consciência do próprio, pelo que os adolescentes estão cada vez mais capazes de empregar auto-caracterizações complexas, abstractas e psicológicas (Baumerind, 1987). O estabelecer de uma definição de si, ou seja, de uma identidade pessoal constitui uma das tarefas mais importantes nesta fase da vida. (Simões, 2007). Segundo Steinberg (1998) estabelecer um sentido de autonomia e independência é uma fase tão importante da transição emocional como o estabelecimento da identidade.

As mudanças a nível cognitivo e emocional influenciam a forma como os adolescentes vêem o mundo social. Os adolescentes passam a ter mais capacidades para pensar sobre possibilidades, para auto-análise das suas cognições e para perceber e analisar diferentes perspectivas. É assim que vão conseguir avaliar e antecipar as possibilidades de respostas e comportamentos, serem capazes de deduzir características pessoais, motivações e sentimentos a partir de comportamentos, e reconhecer que existem diferentes perspectivas sobre uma mesma situação (Sprinthall & Collins, 1999).

## **A Conquista de uma Maior Autonomia**

A autonomia é uma tarefa essencial da adolescência. A autonomia refere-se à medida que o processo de socialização facilita o desenvolvimento de um sentido de identidade pessoal, eficácia e valor (Barber, 1997). A autonomia envolve uma mudança nas relações e na representação que o adolescente tem de si e dos outros e, entre estes outros, encontram-se os pais, que são os principais elementos da conquista da autonomia (Fleming, 1993).

Neste período da vida, o indivíduo é confrontado com duas necessidades paradoxais em relação aos pais: a separação e a dependência (Braconnier & Marcelli, 2000). A separação é inicialmente psicológica e traduz-se por um sentimento de desilusão em relação aos pais: os pais não ouvem, não permitem o diálogo, não entendem. Deste modo, os pais deixam de ser vistos como os mais hábeis e poderosos. Na maioria das vezes, e perante esta desilusão o jovem procura modelos no seu grupo de pares ou em outros adultos. Os pais passam a ser vistos como pessoas e não só como pais (Steinberg, 1998). No entanto, a necessidade de dependência continua a existir. Segundo Braconnier & Marcelli (2000), esta necessidade é escondida pelos adolescentes. A resistência a esta necessidade de dependência pode, segundo estes autores, estar na origem de muitos dos conflitos da adolescência. Todavia, é importante salientar que este desejo de separação, impedido pela dependência não implica uma perda da ligação afectiva que os adolescentes têm com os seus pais. Fleming (1993), salienta que uma ligação segura aos pais é uma condição fundamental para uma boa autonomia.

Com a aquisição de uma maior autonomia, o jovem passa menos tempo em casa com os pais e dirige este tempo para estar com os pares. Durante a adolescência, os pares têm um papel fundamental no desenvolvimento do jovem, principalmente como um espaço de apoio, espaço este onde é permitido experimentar novos papéis sociais, espaço de diálogo acerca dos seus problemas pessoais, escolares e profissionais, espaço de partilha de opiniões acerca de si próprios, dos outros e do mundo social (Palmonari, Pombeni & Kirchler, 1992).

Elkind (1980) refere que, no início da adolescência, os jovens são frequentemente egocêntricos. Este egocentrismo apresenta duas componentes: o público imaginário (apesar do reconhecimento de diferentes perspectivas, os adolescentes têm a

crença de que são o centro das atenções e de que a sua perspectiva prevalece sobre as outras); e a narrativa pessoal (a crença de que os seus sentimentos são únicos e que ninguém os pode entender). Segundo este autor, a maturação a nível cognitivo e as interações com os pares vão permitir ultrapassar este egocentrismo. Para Claes (1985) o grupo de pares assume um papel importante na socialização dos adolescentes.

## ***2. Os Comportamentos na Adolescência***

Arnett & Jessor (1992 cit. por Simões, 2007) tentaram dar explicações para o facto de a adolescência ser o período da vida em que os indivíduos tendem a assumir mais e maiores comportamentos de risco, no que diz respeito, às consequências que podem ter para a sua saúde física e mental e, também, em termos das relações que estabelecem com o sistema jurídico – legal. Arnett (1992 cit. por Martins, 2005) afirma que muitas das condutas temerárias – conduzir sob o efeito do álcool, usar abusivamente de drogas legais e ilegais, ter relações sexuais precocemente sem qualquer protecção, exhibir actos delinquentes – parecem ser mais comuns na adolescência, do que em qualquer outro período do ciclo de vida, radicam numa necessidade exacerbada de procura de sensações fortes, associada ao que Elkind (1980) designou por egocentrismo.

Nos últimos anos tem-se levantado questões relacionadas com os comportamentos de risco na adolescência, nomeadamente com a diferenciação entre os diversos comportamentos de risco. Existem comportamentos de risco que envolvem algum perigo, mas que não são mais do que simples experiências construtivas, que fazem parte do crescimento normal (Baumerind, 1987).

O desenvolvimento normal do adolescente envolve uma extensa independência e autonomia da família, maior associação e ligação com o grupo de pares, formação da identidade e maturação fisiológica e cognitiva. Todas estas mudanças permitem ao adolescente abrir novos horizontes e experimentar novos comportamentos. E dentro destes novos comportamentos estão incluídos os comportamentos que se dominam comportamentos de risco (Jessor, 1991).

Segundo Igra & Irwin (1996) os comportamentos de risco podem ser considerados não normativos devido ao momento em que têm lugar e à sua extensão ou gravidade. Determinados comportamentos podem ser considerados de risco devido ao facto de ocorrerem num momento em que não era, à partida, suposto terem lugar, como é o caso do consumo de álcool ou o comportamento sexual em idades precoces. Alguns comportamentos tornam-se normativos com o passar do tempo, quando o adolescente se aproxima da idade adulta. Devido à sua gravidade, alguns comportamentos podem ser entendidos como comportamentos de risco, como é o caso da delinquência e o consumo de substâncias. Muitos adolescentes praticam actos delinquentes de menor gravidade e

experimentam tabaco e álcool. Todavia, os actos delinquentes graves e o consumo de substâncias ilícitas são considerados comportamentos de risco dada a sua gravidade.

A probabilidade dos adolescentes entrarem em múltiplos comportamentos de risco para a saúde está relacionada com a idade (Matos, Simões, Canha & Fonseca, 2000; Matos, Simões, Carvalhosa et al., 2000).

Um estudo realizado por Ary et al. (1999) foi desenvolvido com o objectivo de verificar em que medida é que o modelo de desenvolvimento do comportamento anti – social de Patterson et al. (2000 cit. por Ary et al., 1999) serve para explicar um conjunto de comportamentos – problema: comportamento anti – social, comportamento sexual de risco, consumo de álcool, marijuana e tabaco. Foi elaborado um estudo longitudinal num período de 18 meses, com recolha de dados em três momentos. Segundo os autores, os resultados obtidos estendem o modelo do desenvolvimento do comportamento anti – social para o desenvolvimento de comportamentos – problema em geral. Este modelo fornece suporte para a influência dos pais e dos pares no desenvolvimento dos problemas do comportamento. Estes constructos sociais explicam 46% da variância no comportamento problema do adolescente. Os problemas de comportamento do jovem têm mais probabilidades de surgir quando as famílias têm elevados níveis de conflito, baixo nível de envolvimento e monitorização inadequada das associações dos jovens com os pares e do seu comportamento.

No entanto, neste trabalho será apenas abordado um comportamento de risco, nomeadamente o comportamento desviante, que é como quem diz, adolescentes que têm comportamentos desviantes.

### ***O Comportamento Desviante***

A ideia de que a delinquência seria algo aplicável apenas a crianças e jovens foi ganhando aceitação ao longo do tempo, embora o conceito surja como uma construção social e institucional anti – tética da concepção ideal da infância e da juventude. A consagração institucional desta perspectiva ocorreu quando a sociedade criou instituições directamente vocacionadas para este problema, devido à incapacidade ou desadequação dos controlos informais da família, escola e comunidade para garantir que as regras sejam respeitadas (Ferreira, 1997).

É importante clarificar acerca de alguns conceitos como *comportamento anti-social*, *comportamento delinquente* e *comportamento desviante*, na medida em que são utilizados como sinónimos mas, de facto, dizem respeito a diferentes condutas.

O termo *comportamento anti-social*, de acordo com Hinshaw e Zupan (1997 cit. por Vieira, 1999), é extremamente lato e descreve acções que não contemplam o respeito pelo outro ou pela sociedade em que o indivíduo se insere, tais como: agressão, atitudes desafiadoras, roubo, uso de estupefacientes. Por ser um conceito tão vasto consegue englobar as noções de comportamento delinquente e comportamento desviante. A *delinquência juvenil* refere-se a todo o tipo de infracção criminal que ocorra durante a infância e a adolescência, envolvendo um conjunto de respostas institucionais e legais em relação a menores que cometem infracções criminais (Ferreira, 1997). O *comportamento desviante* pode ser encarado como um desvio à norma, isto é, como uma subordinação face às normas instituídas numa dada sociedade e num determinado contexto sócio – cultural e não se refere a algo ilegal. Assim, o desvio é uma “actividade que desmente as expectativas, que viola uma norma ou nega um valor” (Sá, 2001).

Enquanto comportamento desviante tem na sua base uma perspectiva sociológica, e a delinquência juvenil constitui um termo de origem jurídica, designações como perturbação do comportamento, distúrbios de comportamento ou distúrbio de personalidade anti-social constituem, por sua vez, classificações de problemas de saúde mental (Fonseca, 2000).

Nem sempre os comportamentos desviantes estão relacionados com a delinquência. Para Almeida, Antunes e Marques (1999) existem algumas condutas juvenis que, entre alguns adultos, podem ser consideradas “desviantes” e entre os jovens adquirem o estatuto de normalidade. Por exemplo, os “grafiters”. Perante a lei, estas acções são consideradas infracções, quando se tratam de espaços públicos. No entanto, para os seus autores, são consideradas como uma diversão gratificante e na maioria das vezes é considerado um comportamento perfeitamente adequado às leis do grupo em que se integram. Segundo Durkheim (1964), o desvio não é uma aberração social, é uma dimensão normal e necessária da ordem social que está presente em qualquer sociedade. É a regra e não a excepção.

Estes fenómenos desviantes ocorrem, muitas vezes, na adolescência. Este é um período de incerteza e indefinição que é vivida de uma forma aparentemente homogénea, mas também de diversas maneiras pelos diferentes indivíduos, pelos diferentes grupos e em diferentes contextos sócio-culturais (Ambrósio, 1985).

Para Benavente (2002), a Delinquência Juvenil, associada a complexas consequências sociais, tem merecido aprofundados estudos e investigações que se estendem pelos diversos domínios das ciências sociais e humanas, como a psicologia, a sociologia e o direito. É muito frequente e cada vez mais generalizado, o discurso que confirma o facto de haver um crescente número de transgressões cometidas por jovens, classificadas como Delinquência Juvenil e que constituem um problema social grave com tendência a aumentar drasticamente de frequência e intensidade. (Benavente, 2002).

Ao longo do tempo, a delinquência tem sido quase sempre sinónimo de adolescência. Na verdade, inúmeras vezes, para os adultos do senso comum, qualquer acto realizado por um adolescente, excepto a obediência servil, deveriam ser visto como um indício de delinquência. Deste modo, é-se apanhado num embaraço quando se tenta concentrar no tema “adolescência e delinquência”. (Sprinthall & Collins, 1999).

Segundo o Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais (DSM – IV), a perturbação do comportamento tem como principal característica “um padrão de comportamento persistente e repetitivo em que são violados os direitos básicos dos outros ou importantes regras ou normas sociais próprias da idade do sujeito” (American Psychiatric Association, 1996, p. 88). Os comportamentos incluem agressão a pessoas e animais (insulto, ameaça, lutas físicas, utilização de armas, etc.), destruição da propriedade (ex: lançar fogo), falsificação ou roubo (mentira, arrombamento de casas, carros, etc.) e violação grave das regras (fuga de casa, faltas frequentes à escola, etc.).

Existem numerosos estudos que tentam explicar como e porquê os jovens se envolvem em crimes. Alguns referem a pobreza, desigualdade e falta de emprego, outros culpam os pais solteiros e instáveis ou ainda famílias violentas. Ainda outros citam a influência dos meios de comunicação social, ou o tipo de personalidade anti – social, os quais são alienados pela sociedade (Payne, 2003). Segundo esta autora, é

importante começar por perceber a sua frequência, intensidade, duração e se é ou não considerado apropriado, normal ou razoável no meio de um determinado grupo etário.

Uma inadequada e ineficaz parentalidade, especialmente na infância pode agravar o mau comportamento e o stress parental é, muitas vezes, exacerbado pelas dificuldades sociais e condições familiares e económicas. Padrões errados de emprego ou um prolongado período de desemprego aumentam as pressões na família (Payne, 2003).

Alguns dos jovens desviantes apresentam um padrão de comportamento anti – social duradouro e grave, e vão de acordo com os critérios de perturbação do comportamento definidos pelo DSM – IV (American Psychiatric Association, 1996). Segundo este manual, os indivíduos com perturbação do comportamento apresentam pouca empatia, não se importam nem se preocupam com os sentimentos dos outros e têm tendência para perceberem de forma negativa as intenções dos outros. Têm uma baixa auto – estima, embora demonstrem ter uma postura de “duros”. Têm também uma baixa tolerância à frustração, irritabilidade e falta de auto – controlo.

### ***O desenvolvimento do Comportamento Desviante***

A adolescência é o período da vida no qual se verificam mais comportamentos desviantes (Ferreira, 2000).

A delinquência juvenil começa por volta dos 11 – 12 anos de idade (Fonseca, Simões, Rebelo, Ferreira et al. 1995), aumenta com a idade e atinge o pico por volta dos 16 – 17 anos de idade, começando depois a diminuir a um ritmo mais ou menos rápido e acentuado (Ferreira, 2000).

A Associação Psiquiátrica Americana (American Psychiatric Association, 1996) revela uma prevalência da perturbação do comportamento que varia entre os 6% a 16% nos rapazes e os 2% a 9% nas raparigas. Moffitt & Caspi (2001) referem também um maior envolvimento dos rapazes em comportamentos anti – sociais, em comparação com as raparigas.

### **A Teoria Geral do Crime de Gottfredson e Hirschi: o papel do auto – controlo e da família**

A teoria geral do crime visa explicar todas as formas de comportamento anti – social, que vão desde o homicídio ao crime de colarinho branco, passando por outros

comportamentos análogos, por exemplo, fuga à escola, consumo de droga, comportamentos sexuais de risco, propensão para acidentes ou simples hiperactividade (Fonseca, 2002).

A frequência deste ou daquele comportamento anti – social específico, numa determinada situação, dependerá também, das oportunidades que ao indivíduo se oferecem, mas a ênfase é claramente posta no *baixo auto – controlo* (Fonseca, 2002).

### **O Baixo Auto – Controlo**

Este conceito é utilizado por Gottfredson e Hirschi para descrever o indivíduo impulsivo, insensível aos sentimentos e necessidades dos outros, mais interessado pela actividade física do que pela actividade mental, com um gosto exagerado pelo risco e pela aventura, com limitadas perspectivas temporais, centrado sobre si mesmos e mais disposto a agir do que a verbalizar (Fonseca, 2002).

Por vezes, o baixo auto – controlo é descrito como um padrão de comportamento ou traço de personalidade, detectável desde cedo na infância, com uma grande estabilidade ao longo da vida, embora a sua expressão possa variar em função das circunstâncias ou fases da vida (Fonseca, 2002).

### **Origens do Baixo Auto – Controlo: o papel da Família**

Na perspectiva de Gottfredson e Hirschi (1990), o crime não requer aptidões, conhecimentos ou aprendizagens especiais. Pelo contrário, as crianças tendem a comportar-se, por natureza, de maneira anti – social, egoísta ou impulsiva. A tarefa das famílias, entre outras, é supervisionar os seus filhos, chamar a atenção para o seu comportamento impulsivo ou irreflectido, punir as transgressões e mostrar o comportamento adequado e correcto (Fonseca, 2002).

Normalmente, as variáveis da família mais relevantes para o estudo do comportamento anti – social são classificadas em duas grandes categorias: aspectos estruturais e aspectos do funcionamento. Na primeira, estão incluídos diversos factores como o nível socioeconómico, o nível de instrução dos pais, o número de irmãos, a integralidade ou não das famílias ou ainda a zona e condições de residência. Na perspectiva da *teoria geral do crime* o efeito das variáveis estruturais seria, na maior parte dos casos, exercido por via indirecta, através do seu impacto sobre o funcionamento da família. Por exemplo, através dos conflitos no casal, da negligência ou abandono dos filhos por parte dos pais, da existência em casa das pessoas que, pelas

suas atitudes e pelos seus comportamentos, favorecem a aprendizagem da delinquência. Ou seja, a família de crianças e jovens delinquentes caracterizar-se-ia, antes de mais, pela falta de competências educativas por parte dos pais, incluindo a capacidade para supervisionar a criança, a capacidade para a disciplinar sem abusar dela, a capacidade de respeito mútuo, bem como a capacidade de a proteger contra possíveis riscos de comportamento anti – social. Assim, o comportamento anti – social e o crime não são o resultado de uma aprendizagem desviante (ex: pressão do grupo, influência da cultura delinvente, imitação de modelos delinquentes na família, entre outros). O comportamento anti – social seria, antes de mais, a consequência de défices no processo de socialização da criança no interior da própria família e, designadamente, a falta de controlo e supervisão por parte dos pais (Fonseca, 2002).

### **Os efeitos do Baixo Auto – Controlo no Comportamento Delinvente**

Segundo a teoria já referida, o baixo auto – controlo surge associado ao comportamento delinvente e a diversos outros comportamentos “análogos” (absentismo, consumo de droga ou condutas sexuais de risco).

No que concerne aos comportamentos de risco ou aos comportamentos de imprudência, bem como a outros comportamentos análogos, a investigação tem revelado que o baixo auto – controlo contribui para a falta de honestidade na escola, o absentismo, o jogo a dinheiro, a condução sem cinto de segurança, a ocorrência de acidentes, o consumo de droga ou, de um modo mais geral, para diversos problemas de comportamento externalizante. No entanto, não quer isto dizer que o baixo auto – controlo seja o único factor explicativo das várias formas de inadaptação social. Por exemplo, Cochran et al. (1998 cit. Por Fonseca, 2002) verificaram que, para além do baixo auto – controlo, outras variáveis como a idade, o género e a proveniência urbano/rural, exerciam também efeitos significativos sobre a desonestidade na escola.

### ***Teoria do Desvio Juvenil***

É importante questionarmos o que poderá levar um adolescente a exhibir determinados comportamentos considerados excessivos ou desadequados num determinado contexto, desafiar a autoridade, ser agressivo, danificar a via pública, destruir bens materiais alheios, beber em excesso e ainda a experimentar drogas.

A perspectiva sociológica põe em causa a relação que o indivíduo mantém com a sociedade. Esta perspectiva tem sido desenvolvida por dois modelos que partem do

pressuposto de que a adolescência é uma idade aberta e vulnerável ao desvio: o do Controlo Social e o da Identidade (Ferreira, 2000). No entanto, só irá feita referência ao Modelo do Controlo Social.

### **Modelo do Controlo Social**

Este modelo foi desenvolvido por Hirshi (1969) em que alega que o ser humano é dotado da capacidade e vontade para cometer comportamentos desviantes e que a maioria não o faz pela existência de laços fortes e intensos que os prendem à sociedade. Embora seja uma teoria na linha das abordagens que vêem o acto delituoso como resultante do enfraquecimento ou mesmo corte dos laços que unem o indivíduo à sociedade, Hirshi operacionaliza a forma como tal é feito através de quatro aspectos: o primeiro, que faz apelo à instância superegógica da teoria psicanalítica, está relacionado com a sensibilidade/insensibilidade em relação à opinião de outrem e explica de certa forma a psicopatia. O segundo, que se identifica com o princípio da realidade e com as propriedades do ego freudiano, reporta-se à componente racional que implica a ponderação dos riscos que o indivíduo corre quando se envolve em percursos desviantes. Em terceiro surge o envolvimento, ou seja, o indivíduo tem tendência a envolver-se em actividades delituosas sempre que a oportunidade surge e ele se encontra afastado das tarefas convencionais de ajuste à sociedade. Por fim, a teoria assume a existência de uma crença num conjunto de normas sociais e morais que está presente mesmo quando o sujeito comete o delito.

Assim, para o autor, o indivíduo que se envolve em comportamentos desviantes é “vítima” de um processo de falta de controlo, em que intervêm alguns aspectos: ausência de ligações afectivas; ausência de sentido de existência de obrigações / deveres para com os outros; tendência para o não envolvimento em tarefas convencionais de ajuste à sociedade; existência de uma crença por parte do transgressor em normas sociais e morais compatíveis com o seu comportamento desviante.

O maior interesse que esta teoria suscita é o de deixar em aberto a possibilidade de que qualquer um de nós é um “potencial desviante” que só não o foi porque os factores de ligação afectiva, de cumprimento de obrigações/deveres e de envolvimento em tarefas convencionais de ajuste à sociedade, prevalecerem sobre os seus contrários, não dando assim lugar à crença interna de compatibilização entre princípios social e moralmente aceites e o envolvimento em comportamentos desviantes (Gonçalves, 2000).

Reckless (1961) intitula a sua abordagem da teoria da *contensão* e explica-a do seguinte modo: existem forças externas, sociais que impelem o indivíduo ao desvio (pobreza, conflitos sociais, estatuto minoritário, acesso limitado ao sucesso, publicidade, sub-cultura delinquente...) a par de outras internas/psicológicas que também o fazem (frustrações, impulsos, sentimentos de inferioridade, hostilidade...). Assim, o indivíduo terá tendência a cometer actos desviantes e só o não faz porque existem igualmente forças internas e externas que “contêm” as primeiras. As forças de contensão internas são, entre outras, o auto-controlo, um auto-conceito positivo, um super-ego bem desenvolvido, um alto sentido das responsabilidades e uma boa capacidade para tolerar a frustração. As forças de contensão externas são todos os factores e mecanismos sociais presentes no meio (consistência moral e reforço institucional das normas, objectivos e expectativas positivas, controlo e disciplina social...).

De acordo com Ferreira (2000), os controlos sociais representam dois aspectos da adesão à ordem social: o interno e o externo. O interno refere-se ao facto do indivíduo não desejar provocar a desaprovação ou rejeição por parte dos outros, o que leva a uma adesão voluntária à acção normativa. O controlo externo diz respeito à conformidade que é inspirada pela privação das gratificações ou pelo receio das sanções punitivas, cujas origens são exteriores ao sujeito.

### ***Factores associados ao Desvio Juvenil***

Segundo Emler e Reicher (1995), a delinquência possui um duplo carácter. Por um lado existem diferenças entre grupos (por ex: mais rapazes do que raparigas, mais classe operária do que classe média); por outro lado, existe, ao mesmo tempo, uma heterogeneidade dentro dos grupos (por ex: se a delinquência é mais elevada na classe operária juvenil, não quer dizer que estes sejam todos delinquentes).

Existem diversos factores que estão associados ao desencadear do comportamento desviante. Entre eles estão a idade e o género. Há também que ter em conta que as diferenças pessoais diferem de indivíduo para indivíduo.

### **Idade**

Para Emler e Reicher (1995), o comportamento desviante tem mais ênfase no princípio da adolescência (12 – 16 anos), do que em qualquer outro período da vida. Isto pode dever-se ao facto da adolescência ser uma fase da vida em que as instituições

sociais e as relações formais assumem particular importância na vida do indivíduo. O suporte colectivo para a actividade de oposição é facilitado pelo envolvimento numa instituição que é estruturada pela idade, como a escola. No período entre os doze e os dezasseis anos de idade é o período em que o suporte colectivo necessário para a delinquência é mais fácil de conseguir.

### **Género**

Segundo Ferreira (1997), a delinquência é um fenómeno masculino, embora as diferenças intersexuais sejam menos significativas no conjunto da população. Morris (1964 cit. por Emler, 1995) afirma que este facto se deve aos rapazes procurarem mais satisfação no status social e as raparigas nas relações.

No entanto, para Emler e Reicher (1995), esta constatação pode ser devido ao facto dos estudos efectuados sobre a delinquência juvenil serem maioritariamente direccionados para a população masculina. Para o autor, a delinquência é uma actividade colectiva que expressa uma orientação negativa face à autoridade formal, tanto para rapazes como para raparigas. Campbell (1981 cit. por Emler & Reicher, 1995), afirma que as raparigas não só se juntam a grupos sociais, como também têm um papel cada vez maior nos grupos de delinquentes juvenis. Para o autor, não há diferenças sexuais na dissonância entre delinquência e identidades filiais. Todavia, há diferenças no que respeita às oportunidades dos rapazes e raparigas para manterem uma clara separação entre os dois. Estudos apontam que as raparigas estão sob mais controlo do que os rapazes, assim, as raparigas estão menos nas ruas, em locais públicos e em lojas, logo as oportunidades para a delinquência são menores (Farrington, 1992).

### **Diferenças Individuais**

Segundo Emler e Reicher (1995), a delinquência não dever ser encarada como uma expressão de factores biológicos inerentes ao indivíduo. Factores estes que não devem ser considerados determinantes da individualidade, é indispensável investigar como é estes afectam as experiências de um indivíduo, a sua vida no dia-a-dia e a compreensão da sociedade.

Deste modo, os autores argumentam que uma concentração exclusiva em variáveis intra-psíquicas omite a importância da reputação, do suporte colectivo, da atitude face à autoridade e do controlo social no mundo adolescente. Não quer dizer que as características do indivíduo sejam irrelevantes, mas é fundamental que estas se integrem e compreendam tendo em conta outros factores. Por exemplo, a agressividade:

enquanto alguns investigadores tentaram explicar este comportamento em termos de hereditariedade, outros tentaram explicar em termos do estilo de educação dos pais. Na opinião, de Emler e Reicher (1995), a junção de ambas seria a posição mais adequada na explicação do comportamento agressivo.

### **3. A Família**

Dado o seu papel central na socialização das crianças e dos adolescentes, a família tem sido considerada, desde há muito, um factor decisivo no desenvolvimento da delinquência juvenil (Glueck & Glueck, 1950; Hirschi, 1969; Loeber & Stouthamer – Loeber, 1986; Patterson, 1982; Sampson & Loub, 1993 cit. por Fonseca, 2002). Assim, não é por acaso que muitas teorias da delinquência juvenil se centrem na estrutura familiar, na interacção pais-filhos e nos estilos educativos dos pais. Perante o aumento da instabilidade das estruturas familiares, os factores ligados à família continuarão a ter uma importância central na explicação da delinquência (Fonseca, 2002).

A família desempenha um papel fundamental no desenvolvimento global da criança e do adolescente. As famílias e os factores a elas associados têm influência na educação, socialização, prestação de cuidados, transmissão de crenças e valores e, de um modo geral, na saúde e bem-estar dos seus elementos (Braconnier & Marcelli, 2000). Assim, a família pode funcionar como um factor de protecção mas também de risco. As relações que se desenvolvem no seio da família podem constituir um factor de stress e, por conseguinte, de risco para o desenvolvimento de perturbações. No entanto, as famílias podem também ser agentes de mudança. A promoção de competências facilitadoras das relações interpessoais e de resolução de conflitos podem constituir importantes estratégias para um melhor ajustamento familiar (Sanders, 2000).

Grande parte das tarefas – chave da adolescência decorre no seio da família. A renegociação das ligações afectivas, a autonomia, a definição e investimento num projecto de futuro, são alguns dos aspectos principais dos processos familiares que decorrem durante a adolescência. (Simões, 2007).

A família vai determinar as primeiras relações sociais, assim como os contextos onde ocorre a maior parte das aprendizagens iniciais que efectuamos, acerca das pessoas, situações e capacidades individuais. (Sprinthall & Collins, 1999).

Numa perspectiva desenvolvimentista, a função mais importante da família em todas as sociedades é cuidar e socializar os seus filhos (Brody et al., 1996 cit. por Shaffer, 2005).

As mudanças que ocorrem na adolescência e que envolvem crescimento da criança para uma maturidade física e cognitiva, requerem uma renegociação das

relações familiares para uma maior reciprocidade (Toumbourou, 2001). Um importante factor, não só ao nível das famílias, mas de qualquer outro grupo que assim se perceba, é um sentido de proximidade entre os seus elementos. As ligações estáveis e positivas com outros significativos, nomeadamente os pais, dão à criança um sentimento de segurança e previsibilidade (Barber, 1997).

Um forte suporte familiar, uma forte identificação familiar e um envolvimento afectivo constituem importantes factores de protecção na família (Silliman, 1994). Este autor afirma que os jovens que se sentem próximos dos pais, que sentem que a família gosta e se preocupa com eles e que estão satisfeitos com as suas relações familiares têm menos probabilidade de entrar em comportamentos de risco.

Segundo Hill, Fonagy, Safier e Sargent (2003), os mecanismos de funcionamento das famílias reflectem, em sua maioria, numa perspectiva sistémica, que avalia o suporte familiar em diversas dimensões, tais como a clareza da comunicação, proximidade versus distanciamento entre os membros, organização do grupo em contextos específicos, ligação afectiva, papéis familiares e crenças sobre a representação desses papéis.

A ligação afectiva dos jovens aos seus pais e o suporte que os pais fornecem aos seus filhos constituem, igualmente, importantes factores a considerar ao nível do comportamento desviante. Apesar de alguns estudos revelarem não existir efeitos significativos do envolvimento afectivo entre pais e filhos no comportamento desviante (Herman et al., 1997), a maioria dos estudos revela que existe uma relação negativa entre o suporte afectivo e o comportamento desviante (Baldry & Farrington, 2000).

O suporte familiar também está relacionado com algumas características comportamentais de crianças. Kashani et al. (1994), ao estudarem cem crianças que realizavam tratamento psiquiátrico ambulatorio, concluíram que aquelas que possuíam baixa percepção de suporte familiar e social tinham maiores dificuldades de fixar a atenção, eram mais violentas com os pares e destruíam mais os bens materiais, além de serem menos cooperativas em diversas actividades e de possuírem maiores pontuações de desespero. A adequada percepção de suporte familiar, bem como a qualidade das relações com os pares, também influenciam a auto-estima de adolescentes, sendo que o

suporte familiar também foi preditivo na qualidade das relações sociais (Franco e Levitt, 1998).

### ***A Influência da Família no Comportamento Desviante***

A influência da família nos problemas de comportamento tem sido largamente estudada e publicada. (Simões, 2007).

Fonseca (2002) afirma que actualmente, não há dúvida de que a socialização da família é de importância crucial para o futuro das pessoas, especialmente no que respeita a comportamentos desviantes do ponto de vista social e criminal (Fonseca, 2002).

Sprinthall & Collins (1999) demonstraram que factores como a desintegração familiar, indiferença ou hostilidade dos pais em relação aos filhos, inadequada supervisão da mãe em relação ao jovem, disciplina demasiado severa ou irregular por parte do pai, constituíam elementos de risco para o desenvolvimento do comportamento delinvente. Para Hill (2002) factores como a criminalidade parental, desordens psiquiátricas, tamanho da fratria, conflito marital, desregulação afectiva no seio familiar e a exposição sistemática ao stress são determinantes do comportamento desviante.

Fonseca, Simões, Rebelo, Ferreira et al. (cit. por Simões, 2007) referem que as famílias das crianças anti-sociais mostram menos consistência nas práticas parentais, recorrem frequentemente a castigos, controlam e supervisionam menos os filhos e têm menos estratégias ou menos eficácia na aplicação de estratégias de resolução de problemas.

Segundo Fleener (1999 cit. por Ruchkin et al., 2000) afirma que, por um lado a família disfuncional pode ser o centro onde se desenvolve o comportamento delinvente, por outro lado, uma família forte pode criar e proteger o jovem, mesmo quando os pais e a escola falham.

Segundo uma das mais explícitas e elaboradas teorias do controlo social (Hirshi, 1969), a relação entre pais e filhos é central para a compreensão da génese da delinquência. A influência protectora da família em relação à delinquência estrutura-se em torno de três dimensões: a supervisão familiar, a identificação com os pais e a comunicação íntima. A maior sensibilidade em relação às preocupações e orientações dos pais aumenta a probabilidade de a criança levar em consideração essas

preocupações e orientações quando se debate com a possibilidade de vir a cometer um acto delinvente. Os laços familiares inibem ou controlam a delinquência porque o adolescente não quer pôr em causa as relações positivas que mantém com os pais. A ausência de relações próximas e intensas na família cria condições que levam à delinquência na medida em que minimiza a sensibilidade do adolescente às opiniões dos pais, deixando-o mais liberto para poder responder às solicitações situacionais e ao encorajamento dos amigos.

Enquanto a falta de supervisão, monitorização ou práticas disciplinares inconsistentes funcionam como factores de risco para o comportamento delinvente, o inverso, ou seja, boa supervisão e práticas disciplinares ajustadas, parecem funcionar como factores de protecção ao mesmo nível. Um estudo, realizado por Herman, Dornbusch, Herron e Herting (1997) mostrou que práticas de regulação ajustada, envolvendo uma boa monitorização e organização em casa, bem como o emprego de disciplinas não coercivas e democráticas, estavam relacionadas com uma redução do comportamento desviante. A este respeito, Gottfredson e Hirshi (1994 cit. por Simões, 2007) referem que as famílias que cuidam dos seus filhos, que os monitorizam, que estão atentas ao comportamento desviante e à punição, promovem o auto-controlo, que se vai sedimentando como uma característica estável. Na ausência deste processo socializador, os indivíduos não desenvolvem um sentimento de controlo interno, o que os deixa especialmente vulneráveis a factores situacionais facilitadores da actividade delinvente.

#### ***4. O Grupo de Pares***

É no início da adolescência que os grupos e os amigos adquirem uma importância especial na vida dos indivíduos. Este facto está relacionado com as necessidades individuais de intimidade e de um sentimento de confiança mútua entre os pares (Steinberg, 1998).

Os seres humanos vivem em sociedade, integrados em grupos e durante a adolescência a importância do grupo de pares é cada vez mais significativa. A importância dos grupos foi comprovada por vários estudos empíricos que demonstram que 90 a 99% dos inquiridos afirmam pertencer a um grupo, ou seja, quase todos os adolescentes pertencem a um grupo de amigos (Kirchler & Gouveia-Pereira, 1998).

Na adolescência, o grupo de pares pode assumir várias formas que diferem principalmente no seu tamanho, mas todos são baseados em interações face-a-face, associação voluntária e cooperação mútua: *cliques*, *crowds* e *gangs*. Os *cliques* dizem respeito a um pequeno grupo de amigos íntimos, com idades semelhantes, sendo geralmente do mesmo sexo; as *crowds* englobam vários grupos de cliques e permitem o desenvolvimento das competências sociais, principalmente nas interações com o sexo oposto; os *gangs* são um agrupamento diferente dos anteriores, geralmente possuem um líder e uma organização interna e são muitas vezes associados a comportamentos ilegais (Cotterell, 1996).

Apesar de todas as pessoas, independentemente da idade, possuírem colegas, e sentirem a pressão dos mesmos, pensa-se que a adolescência é o período em que os conflitos entre a família e o grupo de colegas são mais intensos. No entanto, também é verdade que os colegas contribuem positivamente para o desenvolvimento do adolescente, através de variadas maneiras que não são possíveis à família.

Nesta fase da vida, o grupo de colegas, juntamente com a família e a escola, são os principais contextos em que os adolescentes desenvolvem as características pessoais e sociais de que necessitarão na vida adulta (Sprinthall & Collins, 1999).

Para o adolescente, um amigo é aquele que os compreende e que pensa de forma similar sobre assuntos importantes. Os amigos íntimos apresentam características similares em termos de identidade, atitudes e comportamentos. A partilha de sentimentos, de identidades e interesses comuns constituem a base para o estabelecimento das amizades na adolescência (Sprinthall & Collins, 1999).

Na adolescência verifica-se uma evolução no grupo de pares que apresenta especificidades diferentes em relação aos grupos que se encontram na infância. Steinberg (1998) refere que se podem encontrar quatro desenvolvimentos específicos: primeiro, os adolescentes passam mais tempo com os pares em comparação com as crianças; segundo, os grupos de pares funcionam mais sem supervisão de adultos; terceiro, aumenta o contacto com os pares do género oposto; e, por último, enquanto na infância os grupos de pares estão restritos, principalmente, a pares de amigos e a grupos relativamente pequenos (3 ou 4 crianças), na adolescência os grupos são constituídos por um maior número de indivíduos, dando origem a grupos alargados.

Num estudo efectuado por Brown, Eicher e Petrie (1986 cit. por Kirchler et al., 1991), foi perguntado a vários jovens qual a importância atribuída ao grupo de pares a que pertenciam. O grupo foi considerado como um meio para ajudar o indivíduo a definir a sua identidade, interesses e personalidade; para construir a sua reputação; a desenvolver um equilíbrio entre a sua individualidade e a conformidade; a proporcionar suporte emocional e material; a construir e manter as suas amizades; e fomentar a participação em actividades de grupo.

O conceito de grupo de pares engloba um termo mais geral que se refere a adolescentes que não estão face-a-face com o grupo, mas sentem-se identificados com esse mesmo grupo. De acordo com Cotterell (1996) a distinção entre o grupo de que o adolescente faz efectivamente parte e o grupo com o qual se identifica é muito importante para perceber a natureza da influência do grupo de pares. Assim, a influência do grupo de pares não está dependente da participação do adolescente no grupo pois a afiliação ao grupo já é suficiente para afectar as suas atitudes, crenças e comportamentos.

### ***O Grupo de Amigos e os Comportamentos Desviantes***

Os grupos de pares constituem um espaço relacional muito importante na adolescência. O grupo dá suporte, confiança, autonomia e um quadro de referência de atitudes e comportamentos em relação a aspectos significativos na vida do adolescente. Ferreira (2000) afirma que a associação e pertença a um grupo de pares sustenta crenças favoráveis ao desvio e que as coloca em prática, o que constitui uma fonte de influência “desviante” para os seus membros.

Na adolescência, o grupo de pares fornece ao indivíduo múltiplas oportunidades para tomar conhecimento das estratégias dos outros, observar o seu grau de eficácia e utilizá-las em situações semelhantes (Kirchler et al., 1991). Assim, aumenta a exposição à influência que as relações e as acções dos outros exercem sobre o comportamento dos jovens e, conseqüentemente, pode afirmar-se que as associações com amigos desviantes serão vitais para a iniciação ao mundo da transgressão.

A influência dos pares é frequentemente utilizada para explicar os comportamentos desviantes dos adolescentes. Kandel (1978 cit. por Cotterell, 1996) refere a existência de três tipos de influência interpessoal: a influência directa em que os pais e amigos fornecem o exemplo e reforçam determinados comportamentos; a influência indirecta estabelecida com base em redes interpessoais onde os jovens criam interesses e valores comuns e a influência condicional em que uma fonte de influência altera a susceptibilidade do indivíduo face a outra fonte de influência.

Segundo Gouveia-Pereira (2004), os comportamentos desviantes são actividades públicas. De facto, Carroll, Hattie, Durkin & Houghton (1997) demonstram empiricamente que os comportamentos desviantes não são realizados de forma isolada. De acordo com Palmonari et al. (1991) os comportamentos desviantes, tais como o vandalismo, abuso de drogas, pequenos furtos, são maioritariamente cometidos com os companheiros e, na maior parte das vezes, são percebidos como um sinal de maturidade pelos membros de grupo de pertença.

Assim, pode assumir-se que o comportamento desviante poderá ser explicado por diferentes razões, como a solidariedade grupal ou mesmo pela necessidade de manter uma reputação perante o resto do grupo. Para Emler (1984), muitos jovens tentam alcançar uma “reputação desviante”, porque este é o tipo de reputação aprovada e suportada pelo seu grupo de pares, o que fará com que os adolescentes sejam mais facilmente aceites no grupo e se integrem no seu meio.

No entanto, muitas vezes os adolescentes associam-se a um grupo de risco, não porque querem, mas porque são rejeitados por outros grupos e essa é a solução que encontram para conseguir algum tipo de apoio. Estudos demonstram que os adolescentes que apresentam dificuldades em interagir com os seus pares, quer em situações de um para um, quer em situações de grupo, são menos capazes e têm menos

vontade de tratar os outros com cortesia, respeito e justiça e, em contrapartida, os seus pares estão menos dispostos a aceitá-los, tornando-se assim um ciclo vicioso (Hartup, 1983).

Laird et al (1999) verificaram que os jovens que percebem o seu grupo como desviante têm mais tendência para praticar actos desviantes. No caso das raparigas, verificou-se que o comportamento desviante do grupo era um forte preditor do comportamento individual, quando há uma forte relação das jovens com o grupo, verificando-se uma influência menor quando as jovens referem não estar muito envolvidas com o seu grupo.

Palmonari et al (1991) referem que os jovens que têm mais dificuldades em aceitar os valores da família e que têm constantes conflitos com os seus elementos, procuram compensar a falta de identificação à família com uma forte identificação ao grupo de pares. Se o grupo de pares tem tendência para desenvolver comportamentos de risco, o elevado grau de identificação com o grupo e a distância que sente da família podem ser condutores para o desencadear de comportamentos desviantes.

## **5. A Escola**

Existem vários estudos que têm mostrado que a escola constitui uma das principais preocupações dos adolescentes, logo a seguir às relações com os amigos, que constituem a sua principal preocupação. Só depois vêm as preocupações com o tempo de lazer, condições de vida, relações amorosas e relações com os pais. Constituem também, dado ser uma das principais preocupações, um dos temas centrais de discussão com os amigos, colegas e com os pais (Braconnier & Marcelli, 2000).

A cultura da escola é determinada por factores que definem em simultâneo escolas efectivas, nomeadamente, o envolvimento dos estudantes, factores associados aos professores, suporte comunitário e enfoque curricular. A cultura escolar estabelece regras, expectativas e normas para os seus membros e permite um aumento da auto-estima através da partilha de valores, crenças e actividades (McWhirter et al., 1998). Para que haja esta partilha e um aumento da auto-estima pela pertença ao grupo escolar é preciso que os estudantes se sintam identificados com a escola, no seu conceito global, e como tal ligados à escola.

A escola, a par da família e dos grupos de pares, constitui um dos mais importantes contextos socializadores. É, por isso natural que os factores aliados à escola sejam frequentemente encontrados associados ao ajustamento ou desajustamento dos jovens. No que respeita à delinquência, existem factores como a falta de clareza e consistência ou reforço das regras escolares, baixa identificação com a escola, fraco desempenho escolar e insucesso escolar (Ferreira, 2000).

Ainda Ferreira (2000), a identificação à escola constitui ainda um dos factores mais frequentemente citados como estando associado aos comportamentos desviantes. Os jovens que não têm uma grande identificação à escola tendem a ter níveis mais elevados de actos delinquentes.

Walgrave (1991) aponta a escola como um dos principais contextos de risco para o desenvolvimento do comportamento desviante. O autor faz referência ao papel que a escola tem na criminogénese. O processo essencial parece ser o processo de etiquetagem, que tem, por um lado, um impacto negativo na auto-imagem e que conduz, por outro, a uma deterioração do estatuto social e escolar. Um dos factores – chave para esta etiquetagem é a existência de expectativas mais baixas para as crianças de classes

sociais inferiores, o que funciona como uma auto – realização de profecias. O autor salienta ainda a ausência do papel sedutor da escola para muitos jovens que aí só experimentam fracasso, frustrações e rejeição. Estas experiências negativas conduzem a uma estigmatização que, por sua vez, facilita a associação com pares desviantes e a entrada na delinquência.

# QUESTIONÁRIO

Estou a realizar um trabalho sobre os jovens. Gostaria de saber a tua opinião sobre um diverso conjunto de questões e também como agem em diversas situações.

Por isso, é importante que respondas a este questionário e que o faças dizendo o que realmente pensas e fazes. Não há respostas certas ou erradas. O que conta é a tua opinião e o que realmente fazes nas situações apresentadas.

Peço-te que:

- ✚ Responde a todas as questões;
- ✚ **Leias as frases com atenção e não te esqueças de nenhuma questão, colocando uma cruz no quadrado certo;**
- ✚ Se te enganares, risca o quadrado e volta a dar a resposta que pretende realmente dar;
- ✚ Se não entenderes alguma questão pede ajuda.

**As respostas dadas a este questionário são ANÓNIMAS e CONFIDENCIAIS.**

*Obrigado pela tua colaboração!*

**A.** Para começar peço-te que **penses sobre a tua família** e que, sobre cada afirmação, coloques um **X** no lugar que melhor traduz a **tua opinião acerca de ti e da tua família**.

	<b>Discordo Totalmente</b>	<b>Discordo</b>	<b>Não Concordo Nem Discordo</b>	<b>Concordo</b>	<b>Concordo Totalmente</b>
A minha família é importante para mim.					
Tenho orgulho em pertencer à minha família.					
Às vezes, sinto-me incomodado quando penso que sou um membro da minha família.					
De um modo geral, sinto-me feliz por ser um membro da minha família.					
Sinto que gostaria de não pertencer à minha família.					
Sinto-me identificado com a minha família.					

**B.** Peço-te que agora **penses na tua escola** e que, sobre cada afirmação, coloques um **X** no lugar que melhor traduz a **tua opinião acerca de ti e da tua escola**.

	<b>Discordo Totalmente</b>	<b>Discordo</b>	<b>Não Concordo Nem Discordo</b>	<b>Concordo</b>	<b>Concordo Totalmente</b>
A minha escola é importante para mim.					
Tenho orgulho em pertencer à minha escola.					
Às vezes, sinto-me incomodado quando penso que sou um aluno da minha escola.					
De um modo geral, sinto-me feliz por ser um aluno da minha escola.					
Sinto que gostaria de não pertencer à minha escola.					
Sinto-me identificado com a minha escola.					

C. Peço-te agora que **penses sobre os teus amigos da escola** e dê a tua opinião sobre as afirmações que se seguem. Coloca um **X** no quadrado que melhor corresponde à tua opinião.

	<b>Discordo Totalmente</b>	<b>Discordo</b>	<b>Não Concordo Nem Discordo</b>	<b>Concordo</b>	<b>Concordo Totalmente</b>
Os meus amigos são importantes para mim.					
Tenho orgulho em pertencer ao meu grupo de amigos.					
Às vezes, sinto-me incomodado quando penso que faço parte do meu grupo de amigos.					
De um modo geral, sinto-me feliz por fazer parte do meu grupo de amigos.					
Sinto que não gostaria de pertencer ao meu grupo de amigos.					
Sinto-me identificado com o meu grupo de amigos.					

**D.** Gostaríamos que agora pensasses nos **grupos de amigos aos quais pertences**. Vamos apresentar-te uma lista de possíveis grupos. Lê com atenção e assinala com um **X** os grupos aos quais pertences.

A um grupo de colegas da escola

A um grupo da associação de estudante

A um grupo de colegas de turma

A um grupo do bairro

A um grupo de *surfers*

A um grupo de *queques* (betinhos)

A um grupo de *blacks*

A um grupo de *hippies*

A um grupo de *ganzas*

A um grupo de escuteiros

A um grupo religioso

A um grupo político

A um grupo musical

A outro? Qual? \_\_\_\_\_


**E.** De entre os grupos aos quais pertences (incluindo algum que tenhas acrescentado), **indica qual deles tu preferes?** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_.











**Gostava de te conhecer um pouco melhor. Por favor, responde às seguintes questões:**

- ✓ Idade: \_\_\_\_\_
- ✓ Ano de Escolaridade: \_\_\_\_\_
- ✓ Escola: \_\_\_\_\_.
- ✓ Sexo: Masculino \_\_\_\_\_  
Feminino: \_\_\_\_\_
- ✓ Nacionalidade: \_\_\_\_\_
- ✓ **Neste ano lectivo, como é que consideras que foi o teu aproveitamento escolar?**  
Coloca um **X** à frente da tua opinião.  
  
Ótimo \_\_\_\_      Bom \_\_\_\_      Suficiente \_\_\_\_      Insuficiente \_\_\_\_
- ✓ **Já reprovaste algum ano?** Sim \_\_\_\_  
Não \_\_\_\_
- ✓ **Se sim, quantas vezes?** \_\_\_\_\_
- ✓ **Em que ano(s)?** \_\_\_\_\_
- ✓ **Quando é que pensas deixar de estudar? Escolhe a tua resposta, colocando um X numa só hipótese:**
  - Ainda antes de acabar o 9º ano \_\_\_\_
  - Só quando acabar o 9º ano \_\_\_\_
  - Depois de acabar o 12º ano \_\_\_\_
  - Depois de acabar um curso profissional \_\_\_\_
  - Depois de acabar a Universidade \_\_\_\_

	Habilitações Escolares	Profissão	Naturalidade
Pai			
Mãe			

✓ **Vives ou viveste algum período da tua vida separado do teu pai ou da tua mãe?**

✓ Sim \_\_\_\_ Não \_\_\_\_

✓ **Se respondeste sim, de qual deles estiveste separado?**

Pai \_\_\_\_ Mãe \_\_\_\_ Ambos \_\_\_\_ Quanto tempo? \_\_\_\_

✓ **Qual o motivo da separação?**

- Estive doente (ex: internado no hospital) \_\_\_\_
- O pai esteve doente \_\_\_\_
- A Mãe esteve doente \_\_\_\_
- Conflito entre os pais \_\_\_\_
- Divórcio \_\_\_\_
- Outra razão, qual? \_\_\_\_\_.

✓ **Tens irmãos?**

Sim \_\_\_\_ Não \_\_\_\_ Se sim, quantos? \_\_\_\_

✓ **És o irmão: Mais velho \_\_\_\_ Do meio \_\_\_\_ Mais novo \_\_\_\_ Gémeos \_\_\_\_**

✓ **Vive alguém em tua casa, para além de ti, dos teus pais e dos teus irmãos?**

Sim \_\_\_\_ Não \_\_\_\_

✓ Se sim, quem? \_\_\_\_\_.

✓ **Para terminar peço-te que escrevas qualquer comentário que aches importante a propósito dos teus pais ou da tua família:**

---



---



---



---